

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº []/202[] – BNDES

**CONCESSÃO PATROCINADA DA PRESTAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE GESTÃO, OPERAÇÃO E
MANUTENÇÃO DA REDE METROFERROVIÁRIA
DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empresa pública federal com sede em Brasília-DF e escritório no Rio de Janeiro-RJ, na Av. República do Chile, 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 17 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; pelo que estabelece o Decreto Federal nº 9.999, de 3 de setembro de 2019 e o Acordo de Cooperação Técnica nº [], firmado em [] de [] de [] entre o Estado de Pernambuco, por meio da [], e a União, por intermédio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (o “ACT”); pelo presente Edital, e de acordo com as suas disposições, torna públicas as condições de concessão, pelo Estado de Pernambuco, do serviço público de gestão, operação e manutenção da Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife, nos termos aprovados pela Resolução nº 324, de 25 de março de 2025, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI), e pela Resolução nº [], de [] de [] de 2025, do Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco (CPPPE).

A Concorrência será regida pelas regras previstas neste Edital e Anexos, assim como pelas disposições da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, e demais normas aplicáveis e vigentes sobre a matéria em apreço.

A Concorrência foi precedida de Consulta Pública, nos termos do artigo 21, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, com aviso publicado no DOE-PE do dia [], e disponibilizada a todos os interessados no sítio eletrônico [], para apresentação de contribuições durante o período de [] a []. Durante a Consulta Pública, foram realizadas Audiências Públicas nos dias [], [] e [], previamente comunicadas por meio de publicação no DOE-PE do dia [] e em jornais de grande circulação do dia [], como forma de oportunizar a ampla participação da sociedade.

O critério de julgamento da Concorrência será o de menor valor da Tarifa de Remuneração, nos termos do artigo 15, inciso I, da Lei Federal nº 8.987/1995.

Os Envelopes necessários à participação na Concorrência deverão ser entregues pelos interessados na Data para Recebimento dos Envelopes, entre as [] horas e [] minutos do dia [] de [] de 202[], na sede da B3, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo - SP, de acordo com as regras deste Edital.

A Sessão Pública para abertura das Propostas Econômicas será realizada em [] de [] de 202[], a partir das [] horas e [] minutos, na sede da B3.

O Edital da presente Concessão, os Anexos e todas as informações, estudos e projetos disponíveis poderão ser obtidos no Sítio Eletrônico ou presencialmente, no escritório do BNDES localizado na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-917, no período de disponibilização do Edital, em dias úteis, das [] horas e [] minutos às [] horas e [] minutos, mediante apresentação de dispositivo eletrônico de armazenamento com capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados, incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste Edital.

Os atos da Concorrência, os esclarecimentos prestados acerca deste Edital, os atos administrativos que procedam à eventual modificação do Edital e demais comunicados com conteúdo importante que sejam pertinentes à Concorrência serão publicados no Sítio Eletrônico.

Considera-se, para efeitos da presente Concorrência, o horário oficial de Brasília.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	1
Seção I - Definições	1
Seção II - Interpretação	7
Seção III - Anexos	8
CAPÍTULO 2 - DO OBJETO.....	9
Seção I – Objeto da Concorrência	9
Seção II – Vigência e Prazo.....	10
Seção III – Valor Estimado do Contrato	10
CAPÍTULO 3 - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA	10
Seção I – Aquisição, Consulta ao Edital e Acesso às Informações	10
Seção II – Visita Técnica	11
Seção III – Esclarecimentos e Impugnação ao Edital	12
CAPÍTULO 4 - REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA	14
Seção I – Condições de Participação	14
Seção II – Forma de Apresentação dos Documentos.....	18
CAPÍTULO 5 - DA DOCUMENTAÇÃO	22
<i>ENVELOPE 1 – GARANTIA DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO</i>	<i>22</i>
Seção I – Garantia de Proposta.....	22
Seção II – Documentos de Representação	28
Subseção A - Representantes Credenciados.....	28
Subseção B - Participante Credenciada	29
<i>ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA</i>	<i>30</i>
Seção III – Proposta Econômica	30
<i>ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</i>	<i>31</i>
Seção IV – Documentos de Habilitação	31

Subseção A - Regularidade Jurídica	32
Subseção B - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.....	34
Subseção C - Qualificação Econômico-Financeira	35
Subseção D - Qualificação Técnica.....	36
Subseção E - Declarações.....	39
CAPÍTULO 6 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA.....	40
Seção I – Processamento da Licitação	40
Seção II – Análise dos Documentos de Habilitação.....	44
Seção III – Recursos Administrativos	45
Seção IV – Adjudicação, Homologação e Assinatura do Contrato	46
Seção V - Foro.....	52

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I - Definições

1.1 Para os fins do presente Edital, sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, salvo quando houver disposição expressa em sentido contrário, os termos e expressões utilizados e redigidos em letras maiúsculas, em singular ou plural, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

1.1.1 **Acionista:** Empresa(s) participante(s) do capital social da SPE;

1.1.2 **Adjudicatária:** Licitante Vencedora à qual será adjudicado o Objeto desta Concorrência;

1.1.3 **Administração Pública:** Órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

1.1.4 **Administração Pública Estadual:** Órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, do Estado de Pernambuco;

1.1.5 **Agente de Administração de Recursos:** significa a instituição financeira controlada pela União contratada pelo Poder Concedente para receber e manter em depósito em conta especial vinculada (*escrow*) os valores dos Aportes Públicos, e que se incumbirá de assegurar a guarda desses recursos e sua liberação de acordo com os estritos termos e condições deste Contrato;

1.1.6 **Anexo ao Contrato:** Cada um dos documentos anexos ao Contrato;

1.1.7 **Anexo:** Cada um dos documentos anexos ao presente Edital de Concorrência Pública nº 001/2020[001];

1.1.8 **Aportes Públicos:** montante de R\$ 3.209.600.000,00 (três bilhões, duzentos e nove milhões e seiscentos mil reais), na Data-Base, aportado gradualmente e depositado junto ao Agente de Administração de Recursos, em conta especial vinculada (tipo *escrow*), para utilização exclusivamente no custeio dos Investimentos Obrigatórios, a serem liberados na exata medida em que sejam alcançados os marcos da Concessão, nos termos do Contrato de Concessão e Anexos ao Contrato;

1.1.9 **ARPE ou Agência:** significa a autarquia em regime especial, instituída pela Lei Estadual nº 12.524/2003, incumbida do controle, da fiscalização e da regulação da execução da prestação dos Serviços, nos termos de suas competências legais e regimentais, e do disposto no Contrato;

1.1.10 **B3:** B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275 – Centro, São Paulo - SP, CEP 01010-901, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da Concorrência;

1.1.11 **BNDES:** significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com sede em Brasília/DF e escritório central na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-917, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, na condição de estruturador do projeto de concessão patrocinada dos serviços

públicos de gestão, operação e manutenção da Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife, associada ao processo de transferência dos direitos e ativos da Superintendência Regional do Recife (STU-REC) da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, nos termos da Lei Federal nº 9.491/1997 e no art.1º, §1º da Resolução CPPI nº 324, de 25 de março de 2025, que atribuiu ao BNDES a responsabilidade pela execução e acompanhamento do processo da desestatização, enquanto gestor do Fundo Nacional de Desestatização;

1.1.12 **CBTU:** é a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, empresa pública federal cuja criação foi prevista pelo artigo 5º da Lei Federal nº 3.115, de 16 de maio de 1957, pelo Decreto Federal nº 74.242, de 28 de junho de 1974, e, em especial, pelo Decreto Federal nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, à qual, previamente à celebração deste Contrato, competia a gestão da Rede Metroferroviária;

1.1.13 **Coligada:** entidade submetida à influência significativa de outra entidade ou pessoa, assim entendido o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, ainda que sem controlá-la, presumindo-se influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;

1.1.14 **Comissão de Licitação:** Comissão que será responsável por conduzir os procedimentos relativos à Concorrência, além de examinar e julgar todos os documentos a ela pertinentes, a ser composta por 5 (cinco) membros, [] designados pelo BNDES, [] pelo Estado de Pernambuco e [] pela União;

1.1.15 **Concessão:** delegação, sob regime de concessão patrocinada e em caráter de exclusividade, do provimento dos Serviços, incluindo a realização dos Investimentos Obrigatórios e, se for o caso, dos Investimentos Adicionais, além da possibilidade de exploração das fontes de Receitas Extraordinárias, conforme indicado no Edital de Concorrência Pública nº []/202[] e no Contrato de Concessão;

1.1.16 **Concessionária ou SPE:** Sociedade de Propósito Específico constituída pela Adjudicatária da Concorrência Pública nº []/202[] para a assinatura e execução do Contrato, conforme definido neste Edital;

1.1.17 **Concorrência:** Concorrência Pública nº []/202[], instaurada para a delegação dos Serviços;

1.1.18 **Consórcio:** Grupo de empresas solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente Concorrência, e vinculadas por meio de Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, nos moldes do Item 5.38 deste Edital;

1.1.19 **Contrato de Concessão ou Contrato:** Anexo [] do Edital (Minuta do Contrato de Concessão);

1.1.20 **Contraprestação Pública:** significa a contraprestação pecuniária que será paga pelo Poder Concedente à Concessionária a partir da Data de Assunção da Rede Metroferroviária pela Concessionária, a ser calculada e paga nos termos previstos no Contrato;

1.1.21 **Controlada:** Qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento sobre a qual a

Controladora, diretamente ou por meio de outras Controladas, exercer Controle;

1.1.22 **Controladora:** Qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento, incluindo seus respectivos gestores, que exerça Controle sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento;

1.1.23 **Controle:** o poder, detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente, permita comprovadamente (i) exercer de modo permanente direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais, e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica ou fundo de investimento, conforme o caso; (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica; e/ou (iii) efetivamente dirigir a política e as decisões de investimentos, bem como a atuação de um fundo de investimento Controlado;

1.1.24 **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira:** significa o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para Operacionalização do STPP/RMR, conforme aditado, firmado originalmente entre a CBTU e o CTM em 16 de dezembro de 2009, tendo como objeto a disciplina da integração física, operacional e tarifária entre o Sistema Complementar e o SEI, de um lado, e a Rede Metroferroviária, de outro, a ser assumido pela Concessionária, com a interveniência-anuência do Poder Concedente;

1.1.25 **Cronograma:** cronograma indicado no Item 6.1 deste Edital para o processamento da Concorrência, podendo vir a sofrer alterações nos termos do Item 4.26 deste Edital;

1.1.26 **Data-Base:** a data-base de [maio de 2024], aplicável a todos os valores indicados neste Edital e seus Anexos, salvo disposição expressa em sentido diverso;

1.1.27 **Data de Assunção:** Data de emissão, pelo Poder Concedente, da Ordem de Assunção, que autoriza a Concessionária a assumir a posse da Rede Metroferroviária e iniciar a prestação dos Serviços aos Usuários;

1.1.28 **Data de Início:** Data de emissão, pelo Poder Concedente, da Ordem de Início;

1.1.29 **Data para Recebimento dos Envelopes:** Entre as [] horas e [] minutos do dia [] de [] de 202[], ocasião que deverão ser entregues pelas Licitantes os Envelopes necessários à sua participação na Concorrência, na sede da B3;

1.1.30 **Diretor da Sessão:** Representante da B3 designado para conduzir a Sessão Pública, segundo os termos do Edital;

1.1.31 **Documentos de Habilitação:** Conjunto de documentos arrolados no CAPÍTULO 5 - Da Documentação, Seção IV – Documentos de Habilitação, deste Edital, a serem obrigatoriamente apresentados pelas Licitantes no interior do Envelope 3, na Data para Recebimento dos Envelopes;

1.1.32 **Documentos de Representação:** Conjunto de documentos arrolados no CAPÍTULO 5 - Da Documentação, Seção II – Documentos de Representação, deste Edital, a serem apresentados pelas Licitantes no interior do Envelope 1, para identificação e registro dos Representantes Credenciados;

- 1.1.33 **DOE:** Diário Oficial do Estado de Pernambuco;
- 1.1.34 **Edital:** significa o presente Edital de Concorrência Pública nº [X]/20[Y];
- 1.1.35 **Envelopes:** Invólucro opaco, lacrado, inviolado e rubricado no fecho que, a depender de sua especificação, podendo ser o Envelope 1, 2 ou 3, contêm, respectivamente, os documentos de Garantia de Proposta e Documentos de Representação, a Proposta Econômica e os Documentos de Habilitação das Licitantes;
- 1.1.36 **Garantia da Proposta:** A garantia de cumprimento da Proposta Econômica a ser apresentada pelas Licitantes, nos termos deste Edital;
- 1.1.37 **Garantia de Execução:** Garantia de cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária por meio do Contrato, a ser mantida em favor do Poder Concedente;
- 1.1.38 **Investimentos:** significa a referência conjunta aos Investimentos Obrigatórios e eventuais Investimentos Adicionais, se houver;
- 1.1.39 **Investimentos Adicionais:** significa o conjunto de investimentos eventualmente aportados pela Concessionária não abarcados pelos Investimentos Obrigatórios, cuja implementação é facultada à Concessionária, mediante o consentimento do Poder Concedente, conforme previsto no Contrato;
- 1.1.40 **Investimentos Obrigatórios:** significa o conjunto de investimentos a serem realizados pela Concessionária na execução da Concessão, voltados à melhoria da Rede Metroferroviária, conforme previstos no Contrato;
- 1.1.41 **IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE;
- 1.1.42 **Legislação Aplicável:** Conjunto de normas jurídicas aplicáveis à Concessão, integrado pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, Lei Estadual nº 17.878, de 5 de julho de 2022, bem como pela legislação que as suceder ou alterar, sem prejuízo de que outras normas não mencionadas expressamente nesse conjunto sejam aplicáveis ao objeto da Concessão, naquilo que lhe for cabível;
- 1.1.43 **Licitante:** Qualquer sociedade empresarial, fundo de investimento, instituição financeira, entidade aberta ou fechada de previdência complementar ou Consórcio participante da Concorrência;
- 1.1.44 **Licitante Vencedora:** Licitante mais bem classificada quanto à Proposta Econômica, e que atender a todos os requisitos de habilitação previstos neste Edital;
- 1.1.45 **Manual de Procedimento da B3:** Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de Garantia da Proposta, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização da Concorrência, na forma do Anexo [X] (Manual de Procedimentos da B3), e observadas as regras deste Edital;
- 1.1.46 **Manual de Procedimento de Diligências:** Documento detalhando o conteúdo

e os procedimentos aplicáveis à Sala de Informações Virtual (*Data Room*), à realização de visitas técnicas e à realização de reuniões, disponibilizado no Sítio Eletrônico;

1.1.47 Operador Subcontratado: eventual empresa subcontratada pela Concessionária para exercer a supervisão técnica da operação ou mesmo a própria operação da Rede Metroferroviária, sem qualquer prejuízo da responsabilidade integral da Concessionária pela prestação dos Serviços, na forma do artigo 25, § 1º, da Lei Federal nº 8.987/1995, nos termos deste Edital e do Contrato;

1.1.48 Ordem de Assunção: significa o ato administrativo próprio expedido pela Agência para autorizar a assunção da operação da Rede Metroferroviária e da prestação do Serviço de Transporte Metroferroviário pela Concessionária, encerrando o Período Pré-Operacional e iniciando a Operação Comercial da Rede Metroferroviária e o Período de Operação Assistida;

1.1.49 Ordem de Início: significa o ato administrativo próprio expedido pelo Poder Concedente para autorizar à Concessionária o início das atividades a serem realizadas durante o Período Pré-Operacional, marco a partir do qual será contado o Prazo da Concessão;

1.1.50 Partes Relacionadas: significa qualquer Controladora, Controlada, pessoa jurídica sob Controle comum, ou pessoa jurídica que mantenha com a Concessionária vínculos de participação acionária ou de dependência em termos econômicos, técnicos, comerciais ou empresariais;

1.1.51 Participante(s) Credenciada(s): Sociedade corretora ou distribuidora de títulos e valores mobiliários habilitada nos termos da legislação brasileira e autorizada a operar na B3, e contratada pela Licitante, por meio de contrato de intermediação, para representá-la em todos os atos relacionados à Concorrência junto à B3;

1.1.52 Poder Concedente: significa o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI, entidade da Administração Pública Estadual direta, com sede [na Avenida Cruz Cabugá, 1.111, Bairro Santo Amaro, Município de Recife, Pernambuco, CEP 50.040-000], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº [•];

1.1.53 Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: Sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;

1.1.54 Prazo da Concessão: Prazo de 30 (trinta) anos contados da Data de Início, prorrogável nos termos do Contrato;

1.1.55 Proposta Econômica: Proposta Econômica ofertada pelas Licitantes no âmbito da Licitação, na forma do Anexo [•] – Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica;

1.1.56 Rede Metroferroviária ou Rede: significa a rede de transporte público coletivo de passageiros no modo metroferroviário da RMR, composta pelo conjunto de bens e infraestruturas afetos à prestação do Serviço de Transporte Metroferroviário nos Municípios de Recife, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, cuja utilização se dá por meio do pagamento da Tarifa Pública;

1.1.57 **Remuneração:** significa o montante a que faz jus a Concessionária pelos Serviços prestados, correspondente à soma da Receita de Remuneração, composta pela Receita Tarifária e pela Contraprestação Pública, e das Receitas Extraordinárias;

1.1.58 **Representante Credenciado:** Pessoa física autorizada a representar as Licitantes em todos os atos e documentos relacionados à Concorrência, com exceção dos atos privativos da Participante Credenciada junto à B3, se contratada pela Licitante na forma deste Edital;

1.1.59 **RMR:** Região Metropolitana de Recife criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973 e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 382, de 9 de janeiro de 2018, conforme alterada, integrada pelos Municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata;

1.1.60 **Sala de Informações Virtual ou Data Room:** documentos, dados, relatórios, acessos a sistemas e qualquer outro tipo de informação sobre a Rede Metroferroviária e os Serviços disponibilizados em ambiente virtual, o qual pode ser acessado pelos interessados cadastrados que atenderem aos requisitos do Manual de Procedimento de Diligências disponibilizado no Sítio Eletrônico.

1.1.61 **Serviços:** serviços de gestão, operação e manutenção da Rede Metroferroviária, incluindo a realização dos Investimentos Obrigatórios voltados à sua melhoria, e, se for o caso, dos Investimentos Adicionais, para exploração integrada com o SEI e o Sistema Complementar do STPP/RMR e com os demais modos de transporte dos Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR que venham a ser integrados à Rede;

1.1.62 **Sessão Pública:** Ato solene a ser realizado de modo presencial na sede da B3, conforme regras do Edital, com início a partir das [] horas do dia [] de [] de 202[], na qual serão abertos e analisados os envelopes contendo a Proposta Econômica de todas as Licitantes que cumpriram os requisitos da Garantia de Proposta e dos Documentos de Representação previstos neste Edital, bem como na qual serão abertos os Documentos de Habilitação da Licitante classificada em primeiro lugar;

1.1.63 **Sistema Complementar do STPP/RMR ou Sistema Complementar:** significa o sistema de transporte coletivo operado por ônibus convencionais, especiais, micro-ônibus ou veículos de pequeno porte do STPP/RMR caracterizado por atender aos deslocamentos requeridos pelos usuários não contemplados pelo SEI, nos termos do artigo 33, § 6º, do Decreto Estadual nº 14.846, de 28 de fevereiro de 1991;

1.1.64 **Sistema Estadual de Transporte Metroferroviário ou Sistema Metroferroviário:** significa o conjunto de serviços de transporte prestados no modo metroferroviário e bens de infraestrutura afetos a estes serviços, no âmbito da RMR, incluindo a Rede Metroferroviária;

1.1.65 **Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Recife ou STPP/RMR:** significa o sistema de gestão associada dos serviços de transporte metropolitano coletivo de passageiros, no âmbito da RMR, regido pela Lei Estadual nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, conforme alterada, e composto pelo Sistema Estrutural Integrado e pelo Sistema Complementar, nos termos do artigo 33, § 1º, incisos

I e II do Decreto Estadual nº 14.846, de 28 de fevereiro de 1991;

1.1.66 **Sistema Estrutural Integrado** ou **SEI**: significa o sistema de transporte estruturado para a RMR, integrante do STPP/RMR, com característica tronco-alimentadora, com condições físicas, operacionais e tarifárias específicas, onde as linhas troncais são alimentadas por linhas que captam a demanda para os terminais de integração específicos do SEI, o que permite aos usuários do STPP/RMR a possibilidade de circular através de sua rede, por meio de integrações, nos termos do artigo 33, § 2º, do Decreto Estadual nº 14.846/1991;

1.1.67 **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**: significa o conjunto de serviços e sistemas de transporte público coletivo, em todos os modos existentes e a serem instituídos, e bens de infraestrutura afetos a tais serviços e sistemas no âmbito da **Região Metropolitana de Recife**, inclusive o **STPP/RMR** e o **Sistema Metroferroviário**;

1.1.68 **Sítio Eletrônico**: Sítio Eletrônico oficial da Licitação no qual será divulgado o Edital, Contrato, Anexos e Anexos ao Contrato, bem como as demais informações oficiais do certame, cujo endereço é: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/projetos-em-andamento/cbtu-companhia-brasileira-de-trens-urbanos> ;

1.1.69 **SUSEP**: Superintendência de Seguros Privados;

1.1.70 **Tarifa Pública**: significa os preços públicos pagos pelos Usuários da Rede Metroferroviária para realização de viagens exclusivamente na Rede ou com integração ao SEI e ao Sistema Complementar do STPP/RMR, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, ou ainda com integração a qualquer outro sistema que venha a ser criado ou instituído na RMR, pagos pelos Usuários em dinheiro, por meio de sistemas de bilhetagem eletrônica e outros meios de pagamento que venham a ser implantados na Rede, sempre em valores iguais àqueles fixados pelo Poder Concedente;

1.1.71 **Tarifa de Remuneração**: é o valor por passageiro transportado a que a Concessionária faz jus pela prestação dos Serviços, cujo valor inicial será estabelecido como resultado da Concorrência;

1.1.72 **Tarifa de Remuneração de Referência**: Valor total máximo atribuível à Tarifa de Remuneração, equivalente, na Data-Base, a R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) por passageiro transportado;

1.1.73 **Usuário**: significa os usuários do Serviço de Transporte Metroferroviário operado pela Concessionária, pagantes ou não, que realizem viagens exclusivamente no âmbito da Rede ou viagens integradas com os modos do STPP/RMR ou com demais modos dos Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR que venham a ser integrados à Rede Metroferroviária.

Seção II - Interpretação

1.2 A interpretação das disposições contidas neste Edital deverá observar as disposições legais aplicáveis, bem como as seguintes regras:

- i Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação, as definições do Edital serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural; e

- ii Os títulos dos Capítulos, Seções e dos Itens do Edital e Anexos não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação.

1.3 Em caso de divergência:

- i Entre o Edital e os Anexos, prevalecerá o disposto no Edital, salvo após a assinatura do Contrato de Concessão, quando o Edital será considerado um dos Anexos ao Contrato, prevalecendo o disposto no Contrato de Concessão;
- ii Entre os Anexos, prevalecerão aqueles editados pelo Poder Concedente; e
- iii Entre os Anexos emitidos pelo Poder Concedente, prevalecerá aquele de data mais recente.

1.4 Considera-se, para efeitos da presente Concorrência, o horário oficial de Brasília.

Seção III - Anexos

1.5 Constituem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- 1.5.1 Anexo [ícone] – Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica;
- 1.5.2 Anexo [ícone] – Modelo de Solicitação de Esclarecimentos;
- 1.5.3 Anexo [ícone] – Modelo de Solicitação de Visita Técnica;
- 1.5.4 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Dispensa de Visita Técnica;
- 1.5.5 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Regularidade ao artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 1.5.6 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento para Participar na Concorrência;
- 1.5.7 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Submissão à Legislação Brasileira;
- 1.5.8 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Equivalência;
- 1.5.9 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social;
- 1.5.10 Anexo [ícone] – Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade;
- 1.5.11 Anexo [ícone] – Modelo de Ratificação de Proposta Econômica Final;
- 1.5.12 Anexo [ícone] – Manual de Procedimentos da B3;
- 1.5.13 Anexo [ícone] – Modelo de Apresentação da Estrutura Acionária e de Gestão da SPE;
- 1.5.14 Anexo [ícone] – Minuta do Contrato de Concessão.

1.6 Constituem parte integrante do Contrato de Concessão os seguintes Anexos ao

Contrato:

1.6.1 Anexo 1 (subanexos 1A-1H) – Descrição Geral da Concessão, Inventário, Investimentos Obrigatórios e Marcos Contratuais de desembolso dos Aportes Públicos;

1.6.1.1 Anexo 1-A: Descrição Geral da Concessão;

1.6.1.2 Anexo 1-B: Inventário;

1.6.1.3 Anexo 1-C: Diretrizes de Investimento em Obras Civas;

1.6.1.4 Anexo 1-D: Diretrizes de Investimento em Via Permanente e Sistemas de Energia;

1.6.1.5 Anexo 1-E: Diretrizes de Investimentos em Sistemas de Sinalização, Controle e Telecomunicações;

1.6.1.6 Anexo 1-F: Diretrizes de Investimentos em Material Rodante e Equipamentos de Manutenção;

1.6.1.7 Anexo 1-G: Eventograma;

1.6.1.8 Anexo 1-H: Diretrizes para Transição Operacional;

1.6.2 Anexo 2 (subanexos 2A-2B) – Diretrizes do Plano de Operação e Parâmetros de Desempenho;

1.6.2.1 Anexo 2-A: Diretrizes de Elaboração do Plano de Operação;

1.6.2.2 Anexo 2-B: Parâmetros de Desempenho;

1.6.3 Anexo 3 – Modelos de Fiança Bancária e de Seguro-Garantia a serem apresentados pela Concessionária como Garantia de Execução do Contrato;

1.6.4 Anexo 4 – Edital;

1.6.5 Anexo 5 – Estrutura societária da Concessionária;

1.6.6 Anexo 6 – Contrato de Administração dos Recursos de Aporte celebrado com o Agente de Administração de Recursos;

1.6.7 Anexo 7 – Convênio de Transferência e Regularização de Bens;

1.6.8 Anexo 8 – Minuta de Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas.

CAPÍTULO 2 - DO OBJETO

Seção I – Objeto da Concorrência

2.1 Constitui objeto da Concorrência a seleção da proposta mais vantajosa, a partir dos

critérios estabelecidos neste Edital, para a Concessão da prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife, incluindo a realização dos Investimentos Obrigatórios voltados à sua melhoria, e, se for o caso, dos Investimentos Adicionais, para exploração integrada com o SEI e o Sistema Complementar do STPP/RMR e com os demais modos de transporte dos Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR que venham a ser integrados à Rede, em conformidade com os termos do Contrato de Concessão e Anexos ao Contrato, e da Legislação Aplicável.

2.1.1 As especificações e as condições dos Serviços e dos Investimentos se encontram detalhadas no Contrato de Concessão e nos Anexos ao Contrato.

Seção II – Vigência e Prazo

2.2 O Prazo da Concessão será de 30 (trinta) anos contados da Data de Início, podendo ser prorrogado em conformidade com o previsto no Contrato.

2.2.1 Para todos os fins deste Edital e do Contrato, a Data de Início corresponde à data de emissão, pelo Poder Concedente, da Ordem de Início, após ter sido constatada pelo Poder Concedente a implementação de todas as condições prévias previstas na Cláusula 3.5 do Contrato.

Seção III – Valor Estimado do Contrato

2.3 O valor estimado do Contrato, na Data Base, é de R\$ 9.140.030.000,00 (nove bilhões, cento e quarenta milhões e trinta mil reais), correspondente ao montante das receitas totais projetadas para a Concessão.

2.3.1 O valor estimado do Contrato é uma estimativa meramente referencial, não podendo ser invocado pela Licitante para quaisquer fins, tampouco pela Concessionária para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato ou para qualquer outro fim que implique a utilização do valor estimado do Contrato como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.

2.4 A Remuneração da Concessionária pelo provimento dos Serviços será apurada com base na Tarifa de Remuneração, estabelecida na forma da Proposta Econômica apresentada na Licitação, nos termos do Contrato e Anexos ao Contrato.

2.5 Todos os valores expressos neste Edital estão referenciados a preços da Data-Base, devendo ser atualizados no momento de cumprimento das obrigações, conforme as regras fixadas.

CAPÍTULO 3 - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA

Seção I – Aquisição, Consulta ao Edital e Acesso às Informações

3.1 O Edital, seus Anexos, o Contrato e os Anexos ao Contrato poderão ser obtidos no Sítio Eletrônico, e as demais informações, estudos e projetos disponíveis sobre a Concessão encontram-se disponíveis no Data Room.

3.2 O Poder Concedente não se responsabilizará por planilhas, formulários e demais

informações, estudos e projetos disponíveis sobre a Concessão obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste Edital, observado o disposto no item 3.4.1 abaixo.

3.3 Para participação na Concorrência, as Licitantes deverão declarar o pleno conhecimento e a aceitação de todos os termos e condições deste Edital, por meio da apresentação de declaração nos termos do Anexo II (Modelo de Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento para Participar na Concorrência).

3.4 As Licitantes são responsáveis pelo exame e ciência de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à Concorrência e à Concessão, bem como pela análise direta das condições da infraestrutura contemplada na Concessão, observado o disposto nos itens 3.6.6 e 3.6.6.2 deste Edital, e de todos os dados e informações necessárias à exploração da Concessão.

3.4.1 Os estudos, informações, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados à Concessão e disponibilizados pelo Poder Concedente, foram realizados e obtidos para fins exclusivamente referenciais, não apresentando, perante as Licitantes, caráter vinculativo ou gerando qualquer responsabilidade por parte do Poder Concedente perante as Licitantes ou perante a futura Concessionária.

3.5 As Licitantes arcarão com os respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, para participação na Concorrência ou relativos ao processo de contratação.

Seção II – Visitas Técnicas

3.6 É facultado às Licitantes realizar visitas técnicas aos locais da execução dos Serviços, com a finalidade de vistoriá-los, sendo que as visitas serão agendadas por solicitações apresentadas por correspondência eletrônica encaminhada ao endereço eletrônico [e-mail], com o título “Visita Técnica - Edital de Concorrência nº 00[]/202[]”, até o 15º (décimo quinto) dia útil anterior à Data para Recebimento dos Envelopes, conforme disposto no Cronograma.

3.6.1 A Licitante, quando da visita técnica, deverá estar munida de 2 (duas) vias da solicitação de visita técnica, elaborada de acordo com o Anexo III (Modelo de Solicitação de Visita Técnica), devendo o representante da Licitante assiná-lo e solicitar a assinatura do servidor designado pelo Poder Concedente como responsável pelo acompanhamento da visita técnica na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pela Licitante em conjunto com os Documentos de Habilitação.

3.6.2 A solicitação de visita técnica deverá conter a indicação e a qualificação de até 5 (cinco) representantes da empresa interessada para a sua realização.

3.6.2.1 Deverá ser disponibilizada ao Poder Concedente cópia do documento comprobatório da relação de representação entre a Licitante e o representante designado para participar da visita técnica.

3.6.3 Recebida a correspondência eletrônica e preenchidos os requisitos indicados neste Edital, será encaminhado e-mail ao interessado para agendamento da visita técnica, em data e horário diferentes dos demais interessados, que deverá ser acompanhada por servidores do Poder Concedente ou por eles designados.

3.6.4 Durante as visitas técnicas, deverá ser garantido acesso e acompanhamento dos interessados aos locais de execução dos Serviços, respeitadas eventuais impossibilidades devidamente justificadas pelo Poder Concedente ou pela CBTU, e observada a duração estimada de até 8 (oito) horas por visita técnica.

3.6.4.1 Constituem atribuições da CBTU no âmbito das visitas técnicas, entre outras que se fizerem necessárias, alocar equipes técnicas, infraestrutura e conceder acesso às instalações empregadas na prestação do serviço a potenciais interessados, licitantes e equipes da União e do Estado, para fins de promoção de visitas técnicas durante as fases interna e externa do processo licitatório, assim como para fins de transição operacional do serviço, na forma disciplinada no Contrato de Concessão.

3.6.5 As visitas técnicas poderão ser realizadas após a data de publicação do Edital e até o 10º (décimo) dia útil antes da Data para Recebimento dos Envelopes, conforme disposto no Cronograma.

3.6.6 A opção pela visita técnica constitui direito e ônus da Licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua Proposta Econômica, mas não ostenta caráter obrigatório na Concorrência para fins de exame da sua habilitação, nos termos do artigo 63, §§ 2º e 3º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.6.6.1 Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada Licitante considerar necessárias, sempre respeitadas eventuais limitações de ordem administrativa, temporal, técnica, de segurança ou de qualquer outra natureza aplicável, e observada a ordem de preferência para as visitas, conforme data e hora de recebimento das solicitações de visitas, conforme modelo constante no Anexo [] (Modelo de Solicitação de Visita Técnica), encaminhadas nos termos do item 3.6.

3.6.6.2 Se, facultativamente, a Licitante decidir não realizar visita técnica aos locais onde serão executados os Serviços, deverá apresentar declaração, junto aos demais Documentos de Habilitação, conforme modelo constante do Anexo [] (Modelo de Declaração de Dispensa de Visita Técnica).

3.6.6.3 As Licitantes, independentemente de terem optado ou não pela realização de visitas técnicas, não poderão alegar desconhecimento ou imprecisão das condições necessárias à execução dos Serviço previstas neste Edital, no Contrato e nos seus respectivos Anexos; e nem como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do Contrato, atrasos em sua implementação ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro e de alterações do objeto contratual, no caso em que se sagrem vencedoras.

Seção III – Esclarecimentos e Impugnação ao Edital

3.7 Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos, deverá solicitá-los à Comissão de Licitação em até 10 (dez) dias úteis antes da Data para Recebimento dos Envelopes, conforme indicado no Cronograma, por meio do endereço eletrônico [e-mail], com o título “Pedido de Esclarecimentos – Edital da Concorrência nº 00[]/202[]”, contendo arquivo em formato “.doc” ou “.docx”, com as questões formuladas, seguindo o modelo previsto no Anexo [] (Modelo de Solicitação de Esclarecimentos).

3.8 As respostas aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas no prazo legal a todos os interessados no Sítio Eletrônico, conforme indicado no Cronograma, sem a identificação do responsável.

3.8.1 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser publicadas respostas periódicas para os pedidos de esclarecimentos que sejam submetidos pelos interessados.

3.8.2 Para todos os efeitos de direito, as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão parte integrante do Edital, vinculando o Poder Concedente, a Comissão de Licitação, as Licitantes e a Concessionária.

3.9 Sob pena de decadência do direito, eventual impugnação ao Edital deverá ser protocolada em até 3 (três) dias úteis antes da Data para Recebimento dos Envelopes, devendo a Comissão de Licitação julgar e responder à impugnação no prazo legal, limitado ao dia anterior à Data para Recebimento dos Envelopes.

3.10 As impugnações ao Edital deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico [e-mail], com o título no e-mail "Impugnação Edital da Concorrência nº 00[...]/202[...]".

3.11 No caso de ausência de pedidos de esclarecimento e impugnações, ou após serem esses devidamente respondidos, será considerado que todos os elementos fornecidos neste Edital e Anexos são suficientemente claros e precisos para a prática, pelos Licitantes, de todos os atos necessários no âmbito da Concorrência, não restando direito a qualquer reclamação ulterior, dado que a participação no certame implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

3.12 Os pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser exclusivamente redigidos em língua portuguesa, contendo o CNPJ/CPF, a razão social/nome completo, o telefone e o endereço eletrônico do solicitante ou impugnante.

3.13 Não serão admitidos pedidos de esclarecimentos e impugnações em desconformidade com os requisitos exigidos neste Edital.

3.14 A Comissão de Licitação, ao seu exclusivo critério, seja em consequência de esclarecimentos, de impugnações ao Edital e/ou de qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o Edital, em qualquer ocasião, antes da Data para Recebimento dos Envelopes.

3.15 Caso a alteração no Edital afete a formulação da Proposta Econômica, a Comissão de Licitação modificará a Data para Recebimento dos Envelopes informando às Licitantes, por meio de publicação no DOE e no Sítio Eletrônico. Nesta hipótese, ficam igualmente prorrogados o prazo de visita técnica, de solicitação de esclarecimentos e de impugnação.

3.16 Os pedidos de esclarecimentos e impugnações enviados serão considerados entregues na data de envio pelo remetente, até as 18:00 horas do mesmo dia.

3.17 A Comissão de Licitação não se responsabilizará por eventuais problemas ou falhas no envio ou recebimento dos pedidos de esclarecimentos, bem como pela nitidez e qualidade visual dos documentos encaminhados.

CAPÍTULO 4 - REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA

Seção I – Condições de Participação

4.1 Poderão participar da Concorrência sociedades empresariais, fundos de investimento, instituições financeiras e entidades abertas ou fechadas de previdência complementar, brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em Consórcio, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste Edital.

4.2 Não poderão participar da Concorrência, isoladamente ou em Consórcio:

- i pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar por ato da Administração Pública, conforme previsto no artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- ii pessoa jurídica impedida de participar de licitação ou contratar com a Administração Pública Estadual, decorrente do artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- iii pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação ou contratação administrativa em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- iv pessoa jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Poder Concedente, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato nos termos do artigo 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- v pessoa jurídica que tenha como sócio agente público do Poder Concedente ou terceiros que tenham auxiliado na condução do processo licitatório na qualidade de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que tenha prestado assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o §1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- vi pessoa jurídica cujo(s) proprietário(s), controlador(es) ou diretor(es) seja(m) membro(s) dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que neles exerça(m) função(ões) remunerada(s), conforme alínea “a” do inciso II do artigo 54, inciso IX do artigo 29 da Constituição Federal, e alíneas “a” dos incisos I e II do artigo 9º da Constituição do Estado de Pernambuco;
- vii pessoas jurídicas Controladoras, Controladas ou Coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si, nos termos do artigo 14, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- viii pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do artigo 14, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- ix pessoa jurídica que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- x pessoa jurídica que esteja proibida de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- xi pessoa jurídica cujo(s) dirigente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) ou tenha(m) sido ocupante(s) de cargo efetivo ou emprego na Administração Pública Estadual ou ocupante(s) de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária do Estado de Pernambuco nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do Edital;
- xii pessoa jurídica que se encontre em processo de falência, autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou intervenção, nos termos do artigo 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo se comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;
- xiii pessoa jurídica que tenha sido proibida de participar de licitações promovidas pela Administração Pública Estadual, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;
- xiv pessoa jurídica que tenha sido proibida de contratar com a Administração Pública Estadual ou com a Administração Pública, conforme o caso, em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12, caput e § 4º, da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, após o trânsito em julgado da sentença;
- xv pessoa jurídica que, isoladamente ou em Consórcio, tenha participado direta ou indiretamente dos estudos de modelagem e elaboração do Edital e Anexos, na qualidade de consultora ou seus subcontratados ou da qual o autor do projeto básico ou executivo seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- xvi pessoa jurídica que tenha registro de sanção, com efeito impeditivo de participação nesta Concorrência, nos cadastros a que se referem os artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- xvii pessoa jurídica que não atenda às condições deste Edital e Anexos.

4.3 As vedações do Item 4.2 também se aplicam à Licitante que atue em substituição a outra

pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua Controladora, Controlada ou Coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da Licitante.

4.4 A participação na Concorrência implica integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do Edital, Contrato, Anexos e Anexos ao Contrato, bem como das demais normas aplicáveis à Concorrência.

4.5 As Licitantes que optarem por participar da Concorrência em Consórcio deverão observar o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, as exigências do Edital e os seguintes requisitos:

- i deverá ser indicada a empresa líder do Consórcio, que o representará em todos os seus atos perante a Comissão de Licitação;
- ii cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista e à qualificação econômico-financeira contidas na Seção IV – Documentos de Habilitação, do CAPÍTULO 5 - DA DOCUMENTAÇÃO deste Edital;
- iii as exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo Consórcio, por intermédio de qualquer dos consorciados, isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos consorciados, nos termos do item 5.48;
- iv a desclassificação/inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática desclassificação/inabilitação do Consórcio;
- v os consorciados serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados em Consórcio nesta Concorrência até a assinatura do Contrato;
- vi não há limite máximo de número de consorciados para formação do Consórcio;
- vii nenhuma pessoa jurídica consorciada poderá participar de mais de um Consórcio ou participar da Concorrência simultaneamente por meio de um Consórcio e de forma isolada, ainda que por intermédio de sua(s) Coligada(s), Controladora(s), Controlada(s), mesmo que com porcentagens distintas, sob pena de desclassificação da Concorrência, não importando a fase em que essa condição vier a ser revelada;
- viii não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a assinatura do Contrato, tampouco a alteração na proporção de participação dos consorciados;
- ix é permitida a participação de Consórcio formado exclusivamente por pessoas jurídicas estrangeiras;
- x além de outros documentos exigidos neste Edital, a participação das Licitantes em Consórcio fica condicionada à apresentação, no interior do Envelope 1 - Garantia da Proposta e Documentos de Representação, por meio de instrumento público ou particular, de Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados, nos


termos do Item 5.38 deste Edital.

4.6 Caso a Licitante seja pessoa jurídica estrangeira, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes neste Edital:


4.6.1 As Licitantes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada na Concorrência, como em Consórcio, documentos equivalentes aos Documentos de Habilitação exigidos neste Edital, autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do país de origem e acompanhados de versão traduzida por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, dispensada a necessidade de tradução juramentada nos casos em que os documentos, mesmo redigidos no exterior, tiverem sido produzidos na língua portuguesa, ainda que em formato bicolunado, com outro idioma ao lado.

4.6.1.1 As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, poderão substituir a autenticação pela autoridade consular, referida no Item 4.6.1, pela aposição de apostila de que trata a referida Convenção, quando couber.

4.6.1.2 Para fins de assinatura do Contrato, a documentação referida no Item 4.6.1 acima deverá ser apresentada com a respectiva apostila, bem como ser traduzida por tradutor juramentado e conter firma reconhecida como verdadeira por notário público.

4.6.2 As Licitantes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar declaração conforme modelo constante do Anexo  (Modelo de Declaração de Equivalência), certificando a correlação entre os documentos exigidos neste Edital e os correspondentes no país de origem, assim como suas validades.

4.6.3 Os Documentos de Habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade, exigibilidade e eficácia.

4.6.4 Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração informando tal fato, por parte da Licitante, conforme modelo constante do Anexo  (Modelo de Declaração de Equivalência).

4.6.5 As Licitantes responderão civil, administrativa e penalmente pela veracidade das declarações referidas acima.

4.6.6 Considera-se representante legal das Licitantes pessoas jurídicas estrangeiras a pessoa legalmente credenciada e domiciliada no Brasil, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida como verdadeira por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo.

4.6.7 A procuração referida no Item 4.6.6 deverá ser emitida na língua oficial do país de origem da Licitante, devidamente consularizada, observado o disposto no Item 4.6.1 acima, com tradução juramentada e registrada em Cartório de Registro de Títulos

e Documentos.

Seção II – Forma de Apresentação dos Documentos

4.7 Os Envelopes deverão ser (i) entregues na Data para Recebimento dos Envelopes, na sede da B3 por representante das Participantes Credenciadas, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação, e (ii) apresentados em 3 (três) envelopes lacrados, distintos, inviolados e rubricados da seguinte forma:

ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº []/20[]

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES, E, NESTE CASO, A EMPRESA LÍDER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

[DENOMINAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, SE HOUVER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, SE HOUVER]

ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

[EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº []/20[]]

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E, NESTE CASO, A EMPRESA LÍDER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

[DENOMINAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, SE HOUVER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, SE HOUVER]

ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

[EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº []/20[]]

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E, NESTE CASO, A EMPRESA LÍDER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

[DENOMINAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, SE HOUVER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, SE HOUVER]

4.8 Todos os Envelopes que forem apresentados na Licitação, bem como o conteúdo destes, após a sua abertura, poderão ser rubricados pelos Representantes Credenciados das Licitantes que, presentes à sessão, assim o desejarem.

4.9 Somente serão aceitos os Envelopes entregues diretamente à Comissão de Licitação na Data para Recebimento dos Envelopes, não sendo admitido o envio pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

4.9.1 A B3 ficará responsável pela guarda dos Envelopes até a data das respectivas aberturas nos termos deste Edital e do Anexo [\[1\]](#) (Manual de Procedimentos da B3).

4.10 O conteúdo de cada um dos 3 (três) Envelopes deverá ser apresentado em 1 (uma) via física, acompanhada de cópia fiel, em meio magnético, em arquivos PDF (Adobe Acrobat), da seguinte forma:

4.10.1 A apresentação em meio magnético indicada no item anterior deverá corresponder a um pen-drive específico para a documentação de cada Envelope, contemplando todos os eventuais volumes que ele contenha, e integrará o conteúdo do respectivo Envelope;

4.10.2 Os pen-drives deverão estar etiquetados com a identificação da Licitante e a explicitação de seu conteúdo;

4.10.3 No caso de divergência entre os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os documentos impressos;

4.10.4 Todos os documentos contidos nos Envelopes deverão ser apresentados separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de haver mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

4.11 Cada envelope conterá 01 (um) termo de abertura, 01 (um) índice com a listagem de cada documento nele contido, incluindo a respectiva página em que cada um pode ser encontrado e o respectivo item do Edital que cada documento se propõe a atender, e 01 (um) termo de encerramento próprio, com a indicação do número da página imediatamente antecedente.

4.12 Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta Licitação deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade.

4.13 Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não

entregue, arcando a Licitante com as consequências da ausência da documentação.

4.13.1 Salvo nos casos de documentos que não sejam passíveis de renovação periódica, quando cabível, os documentos que não tiverem prazo definido em seu próprio corpo, em lei ou neste Edital, serão considerados válidos se expedidos em até 180 (cento e oitenta) dias de antecedência à Data para Recebimento dos Envelopes.

4.14 Todos os documentos que contiverem valores expressos em moeda estrangeira, quando assim não vedado pelo Edital, deverão ser apresentados pela Licitante conjuntamente com demonstrativo da conversão desses valores em moeda nacional (R\$), mediante a aplicação da taxa de câmbio (PTAX) para venda publicada pelo Banco Central do Brasil, no dia imediatamente anterior à data de publicação do Edital.

4.15 É mandatória a utilização dos modelos constantes deste Edital, para efeito de padronização.

4.16 Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

4.16.1 todos os documentos que se relacionam à Concorrência deverão ser redigidos em língua portuguesa, e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma; e

4.16.2 no caso de documentos redigidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados de tradução juramentada para a Língua Portuguesa do Brasil, realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, salvo quando se tratar de catálogos, publicações, manuais, informes técnicos e similares.

4.16.2.1 Em caso de divergência entre o documento redigido originalmente em língua estrangeira e a versão traduzida ao português, prevalecerá a versão em língua portuguesa.

4.17 As Licitantes arcarão com todos os custos relacionados à preparação e à apresentação dos Envelopes, não sendo o Poder Concedente responsável, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Concorrência ou seus resultados.

4.18 Será aceita assinatura digital nas declarações e nos demais documentos referidos neste Edital, incluída a Garantia da Proposta, sendo que a assinatura digital deverá ser aquela realizada por meio de certificado digital, que possua os atributos de autenticidade, integridade, confiabilidade e não-repúdio, disponibilizado nos parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil, consoante o artigo 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

4.18.1 Na hipótese do Item 4.18 acima, a declaração ou documento deverá conter meios hábeis à verificação de sua autenticidade, incluindo, mas não se limitando, QR code e códigos para validação em links de sites expressamente indicados no documento em questão.

4.18.2 Caso o assinador não possua os meios de verificação de sua autenticidade

mencionados no Item 4.18.1 acima, faculta-se às Licitantes a apresentação dos arquivos nato-digitais na via, em meio digital, dos respectivos Envelopes.

4.19 A ausência de quaisquer declarações exigidas da Licitante neste Edital poderá ser suprida por declaração formal e escrita da Licitante, de igual teor, entregue na própria Data para Recebimento dos Envelopes, sendo expressamente registrada em ata, ou em diligência efetuada pela Comissão de Licitação, conforme o Item 4.26 deste Edital.

4.20 Todos os documentos exigidos e apresentados nesta Licitação deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, borrões, rasuras ou entrelinhas.

4.20.1 Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.

4.21 A Sessão Pública deverá ser gravada em áudio e vídeo, delas lavrando-se ata ao final, e as gravações serão juntadas aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, na forma dos §§ 2º e 5º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.21.1 A Comissão de Licitação sempre tomará suas decisões de maneira fundamentada e por escrito, acostando aos autos do processo licitatório a respectiva decisão e seus fundamentos.

4.22 A troca do conteúdo de quaisquer dos Envelopes implicará a desclassificação da Licitante.

4.23 É dispensada a apresentação de cópias de documentos que já tenham sido apresentados, observada a ordem de abertura dos envelopes.

4.24 A Concorrência será julgada pela Comissão de Licitação, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.

4.24.1 Para o desempenho de suas atividades a Comissão de Licitação poderá solicitar auxílio da B3, bem como de outros membros do Poder Concedente, da União, da CBTU e do BNDES, a ser prestado diretamente por essas entidades ou por meio de profissionais contratados por essas com a finalidade de apoio na Concorrência.

4.25 Qualquer alteração neste Edital será comunicada no Sítio Eletrônico.

4.26 A Comissão de Licitação poderá, em qualquer fase da Licitação:

4.26.1 Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originalmente dos documentos apresentados pelas Licitantes, salvo se tratar (i) daquelas necessárias ao saneamento de falhas ou correções de caráter formal no curso do procedimento, (ii) de documento que vise esclarecer dúvidas acerca de outro documento já apresentado, (iii) da atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a Data para Recebimento dos Envelopes; ou ainda (iv) para aferir ou esclarecer condição pré-existente à Data para Recebimento dos Envelopes; e

4.26.2 Prorrogar os prazos de que trata o Edital, mediante aviso no Sítio Eletrônico, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às Licitantes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas, a qualquer título.

4.27 A recusa injustificada em fornecer esclarecimentos e documentos, e em cumprir as exigências solicitadas pela Comissão de Licitação, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste Edital, poderá ensejar a desclassificação ou inabilitação da Licitante.

CAPÍTULO 5 - DA DOCUMENTAÇÃO

ENVELOPE 1 – GARANTIA DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

Seção I – Garantia de Proposta

5.1 A Garantia da Proposta deverá ser apresentada no valor de R\$ 91.400.300,00 (noventa e um milhões, quatrocentos mil e trezentos reais), na Data-Base, nos termos do artigo 58, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e deverá ter vigência mínima de 12 meses, contados da Data para Recebimento dos Envelopes.

5.2 O valor referido no Item 5.1 será atualizado anualmente pelo IPCA, apurado com base na variação anual desse índice entre a Data-Base e o último aniversário da Data-Base verificado até a Data para Entrega dos Envelopes.

5.3 Nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta poderá ser prestada nas modalidades de:

- i caução em dinheiro;
- ii caução em títulos da dívida pública;
- iii seguro-garantia;
- iv fiança bancária; e
- v título de capitalização.

5.4 A Garantia da Proposta poderá ter o seu prazo de validade prorrogado, pelo mesmo período, pelo menos [15 (quinze) dias] antes de seu vencimento, às expensas das próprias Licitantes, caso a sua vigência expire antes da data de assinatura do Contrato, sob pena de desclassificação na presente Concorrência, se assim solicitado pela Comissão de Licitação, e manifestado interesse da Licitante em permanecer no certame licitatório.

5.4.1 Na hipótese de renovação, o valor da Garantia da Proposta deverá ser reajustado anualmente pela variação do IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo, na hipótese em que houver sido concluído, entre a Data para Recebimento dos Envelopes e a data de renovação da Garantia da Proposta, ao menos mais um ciclo anual contado a partir da Data-Base.

5.4.2 A manutenção das condições de habilitação da Licitante é condicionada à regular renovação da respectiva Garantia da Proposta, nos termos previstos no Item 5.4 acima.

5.5 A B3 assessorará a Comissão de Licitação na análise da regularidade e efetividade da Garantia de Proposta das Licitantes apresentadas de acordo com o Anexo [] (Manual de

Procedimentos da B3), cujo resultado será comunicado na data prevista neste Edital.

5.6 Se a Licitante participar isoladamente da Concorrência, a Garantia de Proposta deverá ser apresentada em nome próprio.

5.7 Se a Licitante participar da Concorrência em Consórcio, a Garantia de Proposta deverá ser apresentada:


5.7.1 em um único instrumento que tenha como tomador um ou mais membros do Consórcio, independentemente do percentual de participação dos consorciados; ou

5.7.2 em instrumentos distintos, cada um emitido por um consorciado, independentemente de seu percentual de participação no Consórcio, desde que as garantias somadas atinjam o montante exigido no Item 5.1 acima.

5.7.3 em todo caso, a Garantia de Proposta deverá:

- a. assegurar a responsabilidade do Consórcio, sendo vedado o instrumento que garanta apenas a participação de um consorciado ou de uma parte dos consorciados na Concorrência;
- b. ser apresentada em nome de um ou mais consorciados e deverá indicar, expressamente, o nome do Consórcio e de todos os consorciados, com suas respectivas participações percentuais no Consórcio, independentemente de a Garantia da Proposta ter sido prestada por um ou mais consorciados;
- c. na hipótese prevista pelo Item 5.7.2 acima, os consorciados poderão optar por modalidades de garantia diversas, desde que previstas neste Edital; e
- d. não serão aceitas Garantias de Proposta que utilizem como tomador, afiançado, titular ou depositário a razão social do Consórcio, devendo necessariamente figurar como tomador, afiançado, titular ou depositário um ou mais membros do Consórcio que tenha personalidade jurídica.

5.8 Em caso de fundo de investimento, a Garantia da Proposta deverá ser prestada pelo administrador ou gestor do fundo, conforme previsto no regulamento do fundo e deverá conter indicação da denominação social do fundo e de seu administrador e/ou gestor, conforme aplicável.

5.9 Nas modalidades em que há formalização da Garantia da Proposta por meio de documentos, tais instrumentos não poderão contemplar excludentes de responsabilidade que impeçam a execução automática e incondicional pelo BNDES nas hipóteses descritas neste Edital como ensejadoras de sua execução, além daquelas previstas na legislação em vigor, inclusive a normatização da SUSEP, devendo ser atendido, ainda, o regramento estabelecido no Anexo  (Manual de Procedimentos da B3).

5.10 A Garantia de Proposta deverá ser prestada em benefício do BNDES

5.11 É de integral responsabilidade das Licitantes a prova de existência e suficiência da Garantia da Proposta prestada para os fins desta Concorrência, devendo as Licitantes

apresentarem a documentação necessária para tanto, sob pena de ineficácia da prestação da garantia e demais consequências aplicáveis, inclusive a eventual desclassificação da Licitante.

5.11.1 A Garantia de Proposta prestada na modalidade de caução em dinheiro, em moeda nacional, deverá ser depositada junto à [Caixa Econômica Federal], na Agência [•], conta corrente n. [•], de titularidade do [BNDES] – CNPJ nº [•], em até [24h (vinte e quatro horas)] antes da data marcada para a Data de Recebimento dos Envelopes, apresentando-se, no interior do Envelope 1, o respectivo comprovante de depósito.

5.11.2 Para a Garantia de Proposta prestada na modalidade de caução em títulos da dívida pública serão aceitos, apenas, os seguintes títulos, que deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda:

- a. Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN);
- b. Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT);
- c. Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C);
- d. Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F);
- e. Tesouro IPCA+ (Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B Principal); ou
- f. Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B).

5.11.2.2 A apresentação da Garantia da Proposta na modalidade de caução em títulos da dívida pública será confirmada pela Comissão de Licitação, com assessoria da B3, digitalmente através de sistema, conforme detalhamento previsto no Anexo [•] (Manual de Procedimentos da B3).

5.11.2.3 Na hipótese de apresentação de caução em títulos da dívida pública, regulados pela Lei Federal nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, o documento de constituição da caução deverá ser datado e assinado pela instituição financeira na qual estejam depositados os títulos a serem oferecidos em garantia, devendo nele constar:

- a. o valor pecuniário dos referidos títulos, claramente identificados, que ficarão caucionados em favor do BNDES, como Garantia da Proposta da Licitante relativa a este Edital; e
- b. que o BNDES poderá executar a caução nas condições previstas neste Edital.

5.11.3 Aceitar-se-ão, para prestação da Garantia da Proposta, títulos de capitalização por pagamento único, com resgate pelo valor total, devendo ser

observado o regramento estabelecido no Anexo **I** (Manual de Procedimentos da B3), sendo observados os seguintes requisitos:

- a. que a Sociedade de Capitalização não esteja sob regime de direção fiscal, intervenção ou liquidação extrajudicial;
- b. que a Sociedade de Capitalização seja devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP;
- c. o título indique a Licitante como titular, observadas as regras específicas aplicáveis a consórcios e fundos;
- d. o título indique o Poder Concedente como cessionário e indique o valor total de resgate no valor mínimo;
- e. não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a Licitante ou a Sociedade de Capitalização de suas responsabilidades;
- f. sigam estritamente a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 384, de 9 de junho de 2020, e a Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022, e demais condições vigentes estipuladas pelos reguladores;
- g. os títulos sejam emitidos eletronicamente com certificação digital e sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no site da Sociedade de Capitalização e/ou da SUSEP;
- h. os Títulos de Capitalização emitidos eletronicamente possuam assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização passíveis de verificação de sua autenticidade; e
- i. os Títulos de Capitalização emitidos fisicamente possuam assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização com reconhecimento de firma.

5.11.4 A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora nacional ou estrangeira com funcionamento no Brasil, sendo que a apólice deverá estar de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, e com o previsto neste Edital.

5.11.4.1 Caso a Garantia da Proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as disposições deste Edital, inclusive cláusulas limitadoras ou de isenção de responsabilidade, deverá a Licitante apresentar declaração, subscrita pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente Concorrência, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas neste Edital.

5.11.4.2 A apólice deverá indicar a Proponente como tomadora e o BNDES como beneficiário e deverá ainda observar a legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo, sem limitação, os atos normativos da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP aplicáveis a seguros-garantia;

5.11.4.3 A autenticidade de seguros-garantia será verificada nos meios informados na apólice e/ou por outros meios idôneos que permitam a verificação de sua autenticidade,

5.11.4.4 A apólice de seguro-garantia poderá ser emitida digitalmente, caso em que a Licitante deverá apresentar uma cópia impressa da via digital certificada pela SUSEP que contenha dados que permitam a verificação de sua autenticidade no sítio eletrônico da SUSEP.

5.11.5 A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de fiança bancária deverá atender aos seguintes requisitos:

5.11.5.1 ser encaminhada por meio de carta bancária original, não sendo, portando, aceitas cópias de qualquer natureza;

5.11.5.2 conter firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas, não sendo aceitas assinaturas eletrônicas;


5.11.5.3 ser acompanhada de comprovação dos poderes dos signatários da carta para prestação de fiança em nome e em responsabilidade da instituição fiadora;

5.11.5.4 ser assinada por 2 (duas) testemunhas;

5.11.5.5 possuir rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas; e

5.11.5.6 ser emitida por instituições financeiras que atendam as seguintes condições:

- a. ser emitida por instituições financeiras que estejam classificadas entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B”, na escala de *rating* de longo prazo de ao menos uma das agências de classificação de risco *Standard & Poors, Moody’s e Fitch*;
- b. estejam autorizadas a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- c. estejam autorizadas pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança; e
- d. observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco.

5.11.5.7 As instituições financeiras emissoras de fianças bancárias deverão possuir sistema EMVIA para que seja verificada a autenticidade do instrumento, conforme orientações do Anexo  (Manual de Procedimentos da B3).

5.11.5.8 Não será necessário o envio dos documentos de comprovação de poderes de representação dos signatários das fianças bancárias e seguros garantia, quando as instituições mencionadas acima possuírem cadastro atualizado como emissor de garantias na B3, ou, em caso de emissor de seguro-

garantia, os poderes do signatário possam ser confirmados no site da SUSEP mediante emissão da certidão dos administradores, conforme orientações do Anexo [B] (Manual de Procedimentos da B3).

5.12 O envelope da Garantia da Proposta deverá conter, ainda, os documentos de representação referidos na Seção II do CAPÍTULO 5 - Da Documentação deste Edital.

5.13 As Licitantes que não apresentarem a Garantia da Proposta nas condições estabelecidas neste Edital poderão ser desclassificadas e estarão impedidas de participar da Concorrência, tendo seus demais documentos devolvidos.

5.14 A Garantia da Proposta será devolvida:

- i à Adjudicatária em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura do Contrato e após apresentação da Garantia de Execução do Contrato;
- ii às demais Licitantes em até 10 (dez) dias úteis contados da data de publicação do extrato do Contrato assinado ou da data em que for declarada fracassada a Concorrência, nos termos do artigo 58, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
- iii em caso de revogação, suspensão ou anulação da Concorrência, em até 10 (dez) dias contados da publicação da respectiva decisão administrativa ou judicial.

5.15 A Garantia da Proposta poderá ser executada em sua integralidade para cobrir o pagamento da multa aplicável nos termos da legislação vigente e deste Edital, nas seguintes hipóteses:

- i a Licitante deixar de manter a Garantia da Proposta nas condições definidas neste Edital;
- ii a Licitante solicitar a retirada de sua Proposta Econômica durante o período de sua validade, salvo no caso de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Comissão de Licitação;
- iii a Adjudicatária deixar de cumprir as condições ou de apresentar os documentos exigidos para a celebração do Contrato, nos prazos previstos neste Edital;
- iv a Adjudicatária se recusar a assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital;
- v a Licitante praticar ato(s) com a finalidade de frustrar os objetivos da Concorrência;
- vi a Licitante apresentar documento ou informação sabidamente falsa, ou, ainda, omitir informação relevante para os fins desta Concorrência, assim consideradas aquelas relacionadas às condições de habilitação, às condições de participação na Concorrência e à apresentação da Proposta Econômica, nos termos previstos neste Edital; ou
- vii a Licitante praticar ato que enseje a declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

5.16 É vedada qualquer modificação nos termos e condições da Garantia da Proposta apresentada ao BNDES, salvo mediante expressa e prévia anuência deste ente no momento da sua renovação ou para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

5.17 A Garantia da Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste Edital, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela Licitante e/ou pelos emissores, relativamente à participação nesta Concorrência, que não as previstas expressamente neste Edital, em lei ou na regulamentação vigente.

Seção II – Documentos de Representação

Subseção A - Representantes Credenciados

5.18 No Envelope 1, cada Licitante poderá nomear até 2 (dois) Representantes Credenciados para atuar de forma isolada ou conjunta, observado o disposto no Item 5.23 abaixo.

5.19 A comprovação dos poderes de representação deverá ser feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- i cópia da carteira de identidade ou outro documento oficial com foto dos Representantes Credenciados;
- ii instrumento de mandato que comprove poderes específicos para praticar todos os atos referentes a esta Concorrência, tais como formular ofertas de preços e interpor ou desistir de recurso, nos termos do Anexo [5] (Modelo de Procuração), acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) respectivo(s) outorgante(s); e
- iii ato constitutivo, estatuto ou contrato social, acompanhado da documentação que comprove a eleição dos representantes legais do Licitante.

5.20 O Envelope 1 deverá conter, ainda, os seguintes documentos para comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados:

- i no caso de Consórcio, o instrumento de procuração para nomeação do(s) Representante(s) Credenciado(s) mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder e será acompanhado de:
 - a. procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, atribuindo-lhe poderes para representação do Consórcio e para nomeação do(s) Representante(s) Credenciado(s);
 - b. documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes); e
 - c. Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados, nos moldes do Item 5.38 abaixo; e

- ii no caso de empresa estrangeira, instrumento de procuração para outorga, a representante legal residente e domiciliado no Brasil, de poderes necessários para a prática de todos os atos referentes à Concorrência, com poderes expressos para receber citação, intimações, representar a Licitante administrativa e judicialmente, bem como fazer acordos e renunciar a direitos e, se for o caso, substabelecimento dos poderes apropriados para o(s) Representante(s) Credenciado(s), acompanhado de documentos que comprovem os poderes dos outorgantes (conforme última alteração arquivada no registro empresarial, cartório competente ou exigência equivalente do país de origem), contendo a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade, de acordo com a legislação aplicável aos documentos, devidamente traduzido ao português por tradutor público juramentado e registrado em Cartório de Títulos e Documentos brasileiro e, ainda:
 - a. ser reconhecido pela representação consular brasileira do país de origem; ou
 - b. ser apostilado, no caso de sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016.

5.21 A qualquer momento, as Licitantes poderão credenciar Representantes Credenciados, observada a limitação quantitativa e os demais documentos acima indicados, bem como substituir ou revogar credenciamento realizado anteriormente.

5.22 Os Representantes Credenciados poderão firmar todas as declarações e documentos referidos neste Edital como de atribuição da Licitante ou do Consórcio, com exceção daquelas declarações e documentos que o Edital exigir que sejam firmados individualmente por cada consorciado, em caso de Consórcio, caso em que essas declarações e documentos deverão ser firmados pelos respectivos representantes legais de cada consorciado.

5.23 Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de uma única Licitante.

Subseção B - Participante Credenciada

5.24 A contratação de Participante Credenciada pelas Licitantes será facultativa, podendo as Licitantes alternativamente optar por serem representadas na Concorrência apenas pelos seus respectivos Representantes Credenciados.

5.25 O contrato de intermediação entre a Participante Credenciada e a Licitante, conforme modelo e orientações do Anexo [] (Manual de Procedimentos da B3), deverá ter uma cópia apresentada juntamente com os documentos referidos na Subseção A – Representantes Credenciados acima, acompanhada da comprovação dos poderes dos signatários de ambas as partes, sendo dispensável a apresentação dos documentos de comprovação dos poderes do representante da Participante Credenciada, caso possuam poderes cadastrados ou atualizados no sistema da B3, observado o Anexo [] (Manual de Procedimentos da B3).

5.26 A Participante Credenciada, se contratada pela Licitante, deverá representá-la junto à B3 na entrega de todos os documentos requeridos neste Edital, bem como nos atos da

Sessão Pública.

5.27 Cada Participante Credenciada somente poderá exercer a representação de uma única Licitante, e cada Licitante somente poderá estar representada e participar da Concorrência por meio de uma única Participante Credenciada.

5.28 Em caso de Consórcio, poderá ser firmado:

- i um contrato entre todos os consorciados e a Participante Credenciada;
- ii contratos individuais entre cada consorciada e a Participante Credenciada; ou
- iii contrato entre a empresa líder, em nome do Consórcio, desde que tenha poderes para tanto, e a Participante Credenciada.

ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

Seção III – Proposta Econômica

5.29 O Envelope 2 deverá conter a Proposta Econômica da Licitante, devidamente assinada pelo(s) Representante(s) Credenciado(s), conforme modelo constante do Anexo [5] (Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica), vedando-se a inclusão de eventual Plano de Negócios elaborado pela Licitante.

5.30 A Proposta Econômica deverá considerar as seguintes premissas e condições:

- i que a Proposta Econômica é vinculante, irrevogável, irretroatável e incondicional;
- ii que não poderão ser incluídas na Proposta Econômica emendas, rasuras, condicionantes, entrelinhas, observações ou notas de rodapé;
- iii que a Proposta Econômica deve abranger a totalidade do objeto da Concessão;
- iv que a Proposta Econômica compreende a integralidade dos custos necessários para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na Data de Recebimento dos Envelopes, em conformidade com o §1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- v todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à exploração da Concessão, tal como previsto neste Edital e Anexos, bem como no Contrato e nos Anexos ao Contrato;
- vi os riscos a serem assumidos pela Concessionária em virtude da Concessão, descritos neste Edital e Anexos, no Contrato e nos Anexos ao Contrato, bem como na legislação e regulamentação aplicáveis;
- vii a forma e as condições de Remuneração da Concessionária, nos termos do Contrato;
- viii o Prazo da Concessão, que será de 30 (trinta) anos, contados na forma prevista

no Contrato de Concessão;

- ix que todos os investimentos previstos serão integralmente depreciados e amortizados durante o Prazo da Concessão;
- x que a Licitante considerou seus próprios cálculos e estudos para a elaboração da Proposta Econômica;
- xi os compromissos de pagamento que condicionam a assinatura do Contrato, em especial os devidos à B3 e ao BNDES, conforme previsto neste Edital;
- xii a incidência, por conta e risco da Licitante, de eventuais benefícios tributários já instituídos quando da apresentação das propostas, tal como o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, disciplinado pela Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, sendo de conhecimento e concordância da Licitante que eventual não obtenção do benefício não acarretará reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- xiii a incidência tributária sem as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 e pela Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que poderão ser objeto posterior de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do Contrato;
- xiv o cronograma e os marcos para desembolso das parcelas dos Aportes Públicos, nos termos do Contrato; e
- xv o estado atual da infraestrutura existente nos locais de execução dos Serviços, observada a faculdade atribuída à Licitante para realizar os estudos, levantamentos, diligências e visitas que julgar adequados para conhecimento dessa infraestrutura e do seu atual estado de conservação, observado o previsto no item 3.6.6 deste Edital.

5.31 Em sua Proposta Econômica, a Licitante deverá propor o valor da Tarifa de Remuneração a ser paga pelo Poder Concedente, com referência na Data Base, na forma do Anexo [] (Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica), observado como limite máximo o valor da Tarifa de Remuneração de Referência.

5.32 A Proposta Econômica deverá ser válida por 12 (doze) meses, contados da Data para Recebimento dos Envelopes, e, durante este período, todas as suas condições deverão ser mantidas.

5.33 A Proposta Econômica deverá ter o seu prazo de validade prorrogado pelo mesmo período, pelo menos [15 (quinze) dias] antes de seu vencimento, caso expire antes da data de assinatura do Contrato, sob pena de desclassificação na presente Concorrência, se assim solicitado pela Comissão de Licitação e se manifestado interesse da Licitante em permanecer na Concorrência.

ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Seção IV – Documentos de Habilitação

5.34 A Licitante deverá apresentar documentação que comprove sua regularidade jurídica,

fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, nos termos deste Edital.

5.35 Em caso de Consórcio, cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista e qualificação econômico-financeira, nos termos deste Edital.

5.36 As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas, em caso de Consórcio, por intermédio de qualquer dos consorciados, isoladamente ou mediante o somatório de atestados, na forma deste Edital.

Subseção A - Regularidade Jurídica

5.37 Para fins de comprovação da regularidade jurídica, devem ser apresentados os seguintes documentos:

- i ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor, conforme última alteração arquivada na Junta Comercial, ou em cartório de registro competente; caso a última alteração do estatuto social ou contrato social não consolide as disposições do estatuto social ou contrato social em vigor, deverão também ser apresentadas as alterações anteriores que contenham tais disposições;
- ii prova de eleição ou nomeação dos administradores da Licitante em exercício, arquivada na Junta Comercial ou em cartório competente, e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na imprensa; e
- iii Autorização do Poder Executivo Federal, na forma da legislação vigente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- iv se a Licitante for um fundo de investimento, deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a. comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, criada pela Lei Federal nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976;
 - b. ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
 - c. regulamento e alterações, se houver, devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos, ou na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ofício Circular nº CVM/SIN 12, de 25 de outubro de 2019;
 - d. comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários;
 - e. prova de eleição dos representantes do administrador;

- f. comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pelos seus cotistas a participar da Concorrência, por meio de autorização decorrente da política de investimento do fundo descrita em seu regulamento, e de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da Concorrência, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem; e
 - g. comprovação de que o fundo e sua administradora e/ou gestora não estão em processo de liquidação judicial, recuperação judicial, falência ou outro procedimento concursal, mediante certidão expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sua sede, ou de liquidação extrajudicial,
 - h. mediante comprovante obtido em consulta ao sítio eletrônico do Banco Central do Brasil - BACEN.
- v Se a Licitante for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar:
 - a. ata que elegeu a administração em exercício;
 - b. regulamento em vigor;
 - c. comprovante de autorização expressa e específica quanto à sua constituição e funcionamento, concedida pelo órgão fiscalizador competente; e
 - d. declaração ou certidão de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da entidade reguladora.
- vi Se a Licitante for instituição financeira deverá apresentar, adicionalmente, comprovante de autorização expressa e específica de sua constituição e funcionamento, concedida pela entidade reguladora do setor, bem como comprovação da homologação da eleição do seu administrador.

5.38 As sociedades consorciadas deverão apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

- i denominação do Consórcio;
- ii qualificação dos consorciados;
- iii organização e objetivos do Consórcio, a saber, a participação das empresas consorciadas na presente Concorrência e, em sendo vencedor, constituir-se em Sociedade de Propósito Específico – SPE, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede e administração no Brasil, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco;
- iv composição do Consórcio, com a indicação do percentual da participação de cada um dos consorciados;

- v indicação da sociedade líder do Consórcio, que será responsável por sua representação perante a Comissão de Licitação e o Poder Concedente;
- vi compromisso de que os consorciados responderão isolada e solidariamente por todas as exigências do Edital e pelos atos praticados pelo Consórcio no âmbito da Concorrência até a assinatura do Contrato;
- vii prazo de vigência do Consórcio, que deverá ser, no mínimo, compatível com a duração da Concorrência e, caso o Consórcio saia-se vencedor, até a data de constituição da SPE; e
- viii procuração outorgando à sociedade líder poderes expressos, irrevogáveis e irretratáveis para figurar como única representante legal do Consórcio perante a Comissão de Licitação e o Poder Concedente, com plenos poderes para receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos à Concorrência ou ao Contrato, bem como para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso, e comprometer-se a assinar, em nome do Consórcio, por seus próprios representantes legais ou pelos Representantes Credenciados, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto da Concorrência.

5.39 No caso de Consórcio, as declarações exigidas neste Edital poderão ser assinadas pela sociedade líder, em nome do Consórcio, observado o disposto no inciso 5.38viii) do Item 5.38 acima.

Subseção B - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

5.40 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela Licitante individual ou por cada empresa participante do Consórcio:

- i prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- ii prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou, no caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, com indicação da respectiva hipótese normativa de sua sustentação;
- iii prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou, no caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, com indicação da respectiva hipótese normativa de sua sustentação;
- iv certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- v certidão de regularidade de débito tributário inscrito e não inscrito em dívida ativa perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da Licitante, ou, no

caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, com indicação da respectiva hipótese normativa de sua sustentação;

- vi certidão de regularidade de débito tributário inscrito e não inscrito em dívida ativa perante a Fazenda do Estado de Pernambuco, ou, no caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, com indicação da respectiva hipótese normativa de sua sustentação;
- vii certidão de regularidade de débito tributário mobiliário perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou, no caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, com indicação da respectiva hipótese normativa de sua sustentação;
- viii certidão de regularidade perante a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, salvo no caso de Licitante constituída sob a forma de Fundo de Investimento em Participações; e
- ix prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

5.41 Todas as certidões listadas acima deverão estar dentro do prazo de validade.

5.42 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, somente serão aceitas aquelas emitidas até 90 (noventa) dias antes da data de sua apresentação, salvo se outro prazo tiver sido especificado neste Edital.

5.43 Caso alguma certidão apresentada em conformidade com o Item 5.40 seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à Data para Recebimento dos Envelopes.

5.44 Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

Subseção C - Qualificação Econômico-Financeira

5.45 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela Licitante individual ou, no caso de Consórcio, por cada empresa participante:

- i certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor judicial (varas cíveis) da comarca do Município onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à Data para Recebimento dos Envelopes. Em se tratando de sociedade não empresarial ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral da comarca do Município onde a entidade está sediada, relativa à insolvência civil ou execução patrimonial, quando existente, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à Data para Recebimento dos Envelopes; e

- ii declaração ou certidão emitida pelo foro da sede da Licitante ou consorciada, indicando quais cartórios ou ofícios de registros controlam a distribuição de ações de falência e recuperação judicial, exceto quando a própria certidão indicada no item anterior já indicar que foram consultados todos os cartórios competentes para a sua emissão.

5.46 Caso a Licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Subseção D - Qualificação Técnica

5.47 As Licitantes, individualmente ou por meio de qualquer de suas consorciadas, Controladoras, Controladas, Coligadas ou empresas submetidas a Controle comum, deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou qualquer outro documento idôneo, que comprove experiência prévia como responsável pela implantação e gestão/administração de ativo de infraestrutura, de valor mínimo de investimento de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais).

5.48 Para comprovação do exigido no item 5.47, será admitido somatório de atestados, desde que em ao menos um dos atestados seja demonstrada a experiência como responsável pela implantação e gestão/administração de ativo de infraestrutura que tenha o valor de investimento de, no mínimo, R\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais).

5.48.1 No caso de somatórios de atestados, sem prejuízo do disposto no item 5.48 acima, cada atestado apresentado deverá demonstrar, individualmente, experiência como responsável pela implantação e gestão/administração de ativo de infraestrutura que tenha o valor de investimento de, no mínimo, R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais).

5.49 Para atendimento da qualificação técnica exigida no item 5.47, será exigido que a empresa detentora do atestado tenha participado da administração do ativo na fase de sua implantação e que o valor mínimo de investimento acima previsto já tenha sido executado na Data para Recebimento dos Envelopes.

5.49.1 Para fins de cumprimento do item 5.47, deverá ser comprovado que a empresa detentora do atestado executou os serviços indicados de gestão/administração de ativo de infraestrutura por um prazo mínimo de 3 (três) anos, em períodos sucessivos ou não.

5.50 Para os fins indicados no Item 5.47, na contabilização do valor dos investimentos que tenham sido realizados no ativo de infraestrutura, não deverão ser considerados os efeitos da amortização/depreciação ao longo do tempo, e os valores despendidos deverão ser atualizados, aplicando-se a variação do IPCA ocorrida entre o mês anterior ao início da realização do investimento e o mês anterior à data base da Data de Entrega das Propostas.

5.51 Será considerado responsável, para os fins do Item 5.47, alternativamente: (i) a entidade delegatária diretamente responsável, individualmente, pela implantação e gestão/administração do ativo de infraestrutura, inclusive, no caso de ativo detido por fundo de investimentos, sua empresa gestora; (ii) o consorciado, com participação mínima de 20% (vinte por cento) no consórcio responsável pela implantação e gestão/administração do ativo de infraestrutura; e (iii) o acionista da empresa responsável, com participação acionária

mínima de 20% (vinte por cento) do capital votante.

5.51.1 Em todas as hipóteses previstas no Item acima, a Licitante poderá considerar 100% (cem por cento) dos quantitativos comprovados no respectivo documento.

5.52 Será considerado ativo de infraestrutura, para os fins do item 5.47, o empreendimento delegado pelo Poder Público à iniciativa privada para a exploração de serviço público, por sua conta e risco e em contratos de longo prazo, mediante concessão, subconcessão ou arrendamento ou relação jurídica estrangeira equivalente, inserido dentro de um dos seguintes setores: (i) mobilidade urbana; (ii) comunicações; (iii) logística, inclusive rodovias, aeroportos, ferrovias e transportes, tanto de carga quanto de passageiros; (iv) energia; (v) saneamento básico; (vi) infraestrutura social, como escolas, habitação, hospitais e presídios; (vii) outros serviços públicos não mencionados expressamente nesta cláusula, desde que submetidos ao regime de concessão, subconcessão ou arrendamento ou relação jurídica estrangeira equivalente, e que atenda aos demais requisitos desta Subseção.

5.53 Os atestados e/ou outros documentos idôneos apresentados para atendimento ao item 5.47 deste Edital deverão conter, sem a elas se limitar, as seguintes informações, ou deverão vir delas acompanhados:

- i objeto;
- ii características das atividades e serviços desenvolvidos;
- iii valor total de investimento do empreendimento e percentual de participação da Licitante ou da consorciada no consórcio ou na sociedade de propósito específico detentora do atestado, quando esse houver sido emitido em favor de consórcio ou de sociedade de propósito específico;
- iv datas de início e de término da fase de investimento do empreendimento;
- v datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- vi datas de início e término da participação da empresa no consórcio ou sociedade de propósito específico, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio ou sociedade de propósito específico;
- vii descrição das atividades exercidas no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
- viii local da realização das atividades e serviços;
- ix razão social do emitente; e
- x nome e identificação do signatário.

5.54 Os atestados poderão se referir a contratos em andamento, desde que os quantitativos e características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com o Objeto da Concorrência, e atendam às exigências do Item 5.47 acima.


5.55 Caso o conteúdo previsto no Item 5.53 acima não esteja no(s) respectivo(s) atestado(s), as informações faltantes, se necessárias ao juízo da Comissão de Licitação,

poderão ser comprovadas mediante outros documentos, cabendo à Comissão de Licitação, se entender pertinente e necessário à análise da qualificação técnica, realizar diligências para se certificar da correção da informação.

5.56 Os documentos e atestados deverão ser emitidos por entidades públicas ou particulares que tenham sido contratantes do objeto atestado com identificação de seu representante legal ou gestor responsável e informações para eventual contato por parte da Comissão de Licitação.

5.57 A empresa detentora do atestado de qualificação técnica apresentado pela Licitante poderá ser substituída ao longo do Prazo da Concessão, observada a disciplina prevista no Contrato.

5.58 No caso de atestado emitido em nome de empresas Controladoras, Controladas, Coligadas ou empresas submetidas a Controle comum da Licitante, direta ou indiretamente, ou de uma das consorciadas dela integrantes, no caso de Consórcio, a Licitante deverá comprovar:

- i que a empresa detentora do atestado não incorre em nenhuma das restrições de participação na Concorrência previstas no Item 4.2 acima, devendo, para tanto, apresentar declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, ou de que eventual declaração de inidoneidade para licitar e contratar emitida por qualquer ente ou entidade da Administração Pública não esteja mais em vigor, na forma do Anexo  (Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade);
- ii a regularidade jurídica da empresa detentora do atestado, na forma dos documentos mencionados no Item 5.37 acima; e
- iii a relação existente entre a Licitante ou uma consorciada integrante do Consórcio, de um lado, e a empresa detentora do atestado, de outro, mediante:
 - a. a apresentação de organograma que demonstre a relação societária existente; e
 - b. os documentos societários que embasam essa relação societária, como contratos sociais, estatutos sociais, livros de registro de ações, livros de registro de transferência de ações e acordos de cotistas ou acionistas.

5.59 No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico, exceto quando essas alterações societárias envolverem apenas entidades com vínculo societário entre si, conforme as hipóteses previstas no Item 5.58, quando será suficiente, então, a demonstração da existência do referido vínculo, conforme os requisitos previstos naquele Item.

5.60 Não serão considerados válidos quaisquer outros atestados que não sejam decorrentes dos eventos societários acima destacados.

5.61 A veracidade das informações contidas nos atestados poderá ser confirmada por

meio de diligência. Caso a veracidade das informações sobre a qualificação técnica não possa ser comprovada, a Licitante será inabilitada, estando sujeita às penalidades previstas neste Edital.

Subseção E - Declarações

5.62 Os documentos a seguir listados devem ser entregues juntamente com os demais Documentos de Habilitação das Licitantes, e, em caso de Consórcio, por cada uma das consorciadas dele integrantes, observadas as regras do Edital:

- i declaração da Licitante de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo [] (Modelo de Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
- ii declaração quanto à ciência de todos os termos do Edital e inexistência de fato impeditivo em participar da Concorrência, conforme modelo constante do Anexo [] (Modelo de Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento para Participar na Concorrência);
- iii declaração de que não foram aplicadas penalidades de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, tampouco de declaração de inidoneidade para licitar e contratar pela Administração Pública, cujos efeitos ainda vigorem, na forma do Anexo [] (Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade);
- iv declaração de que cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para o reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do artigo 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme Anexo [] (Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social); e
- v declaração, pela Licitante, de dispensa de visita técnica, conforme modelo constante do Anexo [] (Modelo de Declaração de Dispensa de Visita Técnica), em caso de a Licitante optar por não vistoriar os locais onde serão executados os serviços objeto da Concessão, observados os termos do Edital; ou, em caso de a Licitante realizar visita técnica aos locais onde serão executados os serviços objeto da Concessão, deve ser apresentada a via, devidamente assinada pelo representante da Licitante e pelo responsável pelo acompanhamento da visita técnica indicado pelo Poder Concedente, do documento comprovante da visita técnica, conforme modelo constante do Anexo [] (Modelo de Solicitação de Visita Técnica), observadas as regras do Item 3.6 acima.

5.63 Em caso de Consórcio:

5.63.1 a Declaração de Dispensa de Visita Técnica prevista no Item 5.62v, acima, deverá ser necessariamente apresentada pela empresa líder, em nome do Consórcio;

5.63.2 o comprovante de realização da visita técnica previsto no Item 5.62v, acima, poderá ser apresentado (i) em nome da empresa líder ou (iii) em nome de qualquer consorciada integrante do Consórcio, sendo dispensada a necessidade de

apresentação individual dessa declaração por todas as consorciadas.

5.64 Em se tratando de Licitante estrangeira, adicionalmente aos documentos mencionados no Item 5.62 acima, a Licitante estrangeira deverá apresentar declaração de submissão à legislação da República Federativa do Brasil e de renúncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo constante do Anexo [] (Modelo de Declaração de Submissão à Legislação Brasileira).

CAPÍTULO 6 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA


Seção I – Processamento da Licitação

6.1 O recebimento dos Envelopes e a Sessão Pública da Concorrência seguirão a ordem de eventos, datas e horários indicados conforme o Cronograma descrito na tabela abaixo:

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	DATAS
1	Publicação do Edital e Anexos	[]/[]/202[]
2	Prazo para apresentação de pedidos de esclarecimento ao Edital	De []/[]/202[] até as 18h00 de []/[]/202[]
3	Prazo para divulgação das respostas pela Comissão de Licitação aos pedidos de esclarecimento ao Edital	[]/[]/202[]
4	Termo final do prazo para manifestação de interesse na realização de visita técnica	[]/[]/202[]
5	Termo final do prazo para impugnação do Edital	[]/[]/202[]
6	Termo final do prazo para decisão da Comissão de Licitação sobre impugnações apresentadas ao Edital	[]/[]/202[]
7	Termo final do prazo para realização de visita técnica	[]/[]/202[]
8	Data de Recebimento dos Envelopes (considerando a entrega pelas Licitantes na B3)	[]/[]/202[] Das [10 às 12] horas

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	DATAS
9	Publicação no Sítio Eletrônico da decisão da Comissão de Licitação sobre a aceitação das Garantias de Proposta e dos Documentos de Representação	[•]/[•]/202[•]
10	Sessão Pública da Concorrência, a ser realizada na B3, para abertura e classificação das Propostas Econômicas das Licitantes cujas Garantias de Proposta e cujos Documentos de Representação forem aceitos	SESSÃO PÚBLICA [•]/[•]/202[•] A partir das [14] horas
11	Abertura dos Documentos de Habilitação da Licitante classificada em primeiro lugar	Ao término da Sessão Pública para abertura das Propostas Econômicas
12	Publicação da Ata da Sessão Pública realizada na B3 e da Ata de Julgamento da Concorrência, correndo-se desta data o prazo para vistas e interposição de eventuais recursos administrativos acerca da decisão da Comissão de Licitação	A ser definido
13	Finalização do prazo para interposição de recurso administrativo	3 (três) dias úteis a contar do Evento 12
14	Caso seja(m) interposto(s) recurso(s) administrativo(s), abertura de prazo às demais Licitantes, para contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s)	3 (três) dias úteis a contar do Evento 13
15	Publicação da decisão da Comissão de Licitação acerca do(s) eventual(is) recurso(s) administrativo(s) interposto(s) no DOE e no Sítio Eletrônico	A ser definido

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	DATAS
16	Adjudicação do Objeto da Concessão à Licitante Vencedora, homologação da Concorrência e convocação da Adjudicatária para cumprimento das condições prévias à assinatura do Contrato	A ser definido
17	Comprovação de atendimento, pela Adjudicatária, das condições prévias à assinatura do Contrato	Em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de publicação do ato de homologação, admitida prorrogação
18	Convocação para assinatura do Contrato	A ser definido
19	Assinatura do Contrato	Em até [15 (quinze)] dias corridos, contados da convocação para a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período
20	Divulgação do Contrato assinado no PNCP, bem como no DOE e no Sítio Eletrônico	Em até [20 (vinte)] dias úteis da data de assinatura do Contrato

6.2 Os Envelopes deverão ser entregues, presencialmente, na Data para Recebimento dos Envelopes, na B3, pelos Representantes Credenciados ou, quando houver, pelos representantes das Participantes Credenciadas, munidos dos documentos que comprovem seus poderes de representação, observados os requisitos previstos neste Edital e no Anexo  (Manual de Procedimentos da B3).

6.3 A Concorrência terá início na Data para Recebimento dos Envelopes, data essa designada no cronograma para recebimento dos Envelopes na sede da B3.

6.4 Encerrado o prazo designado no cronograma para recebimento dos Envelopes, a Comissão de Licitação, com a assessoria da B3, realizará sessão interna e restrita para a abertura e análise do Envelope 1 contendo a Garantia da Proposta e os Documentos de Representação de todas as Licitantes, quando então será verificado o atendimento às exigências que devem constar no respectivo Envelope.

6.5 A Comissão de Licitação analisará a regularidade e efetividade das Garantias da Proposta e Documentos de Representação apresentados pelos Licitantes, com apoio da B3, bem como de outros membros do Poder Concedente e do BNDES, e decidirá a respeito da aptidão dos Licitantes.

6.6 No prazo previsto no Cronograma, a Comissão de Licitação divulgará a decisão sobre eventuais Garantias de Proposta não aceitas e/ou Documentos de Representação insuficientes, acompanhada da respectiva motivação mediante publicação no Sítio Eletrônico, conforme previsto no evento da tabela acima, observada ainda a possibilidade de diligência pela Comissão de Licitação, quando cabível, nos termos do Item 4.26 deste Edital.

6.6.1 Caso se verifique que a Garantia da Proposta não atende aos requisitos exigidos no Edital, a Licitante será desclassificada e a sua Proposta Econômica permanecerá guardada e não será aberta pela Comissão de Licitação na Sessão Pública de abertura das Propostas Econômicas.

6.7 Após a divulgação do resultado da análise dos Envelopes 1 (Garantia da Proposta e Documentos de Representação), será realizada a Sessão Pública da Concorrência.

6.8 Na Sessão Pública da Concorrência serão abertos e analisados os Envelopes 2 contendo a Proposta Econômica de todas as Licitantes que cumpriram os requisitos da Garantia da Proposta e dos Documentos de Representação previstos neste Edital, conforme previsto no Evento [10] da tabela acima.

6.9 As Licitantes classificadas serão aquelas cujas Propostas Econômicas atendam à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital, especialmente as determinações constantes no Item 6.11 abaixo.

6.10 A Comissão de Licitação desclassificará a Licitante cuja Proposta Econômica não atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital e, ainda, aquela cuja oferta esteja submetida a condição ou termo não previsto neste Edital.

6.11 As Propostas Econômicas deverão conter o valor ofertado para a Tarifa de Remuneração, referenciado à Data-Base, na forma do Anexo [1] (Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica), considerado como limite máximo o valor da Tarifa de Remuneração de Referência.

6.12 Iniciada a Sessão Pública, proceder-se-á à abertura das Propostas Econômicas, observando primeiramente o valor da Tarifa de Remuneração ofertado.

6.12.1 Ato contínuo, proceder-se-á à classificação preliminar das Licitantes de acordo com os valores da Tarifa de Remuneração ofertados, em ordem crescente (do menor valor ao maior valor ofertado).

6.12.2 Serão qualificadas para a etapa de lances a Licitante classificada preliminarmente em primeiro lugar e as Licitantes que tenham ofertado valor para a Tarifa de Remuneração com diferença nominal de até 10% (dez por cento) em relação ao menor valor de Tarifa de Remuneração apresentado.

6.12.3 Havendo Licitantes qualificadas para a etapa de lances, a Concorrência terá continuidade nos termos do Item 6.13 abaixo.

6.12.4 Não havendo Licitante que atenda ao critério de qualificação para a Etapa de Lances indicada no Item 6.12.2 acima, a Concorrência será encerrada, sendo declarada vencedora provisória a Licitante que tenha ofertado o maior desconto sobre a Tarifa de Remuneração Referencial.


6.13 Na hipótese do Item 6.12.2 acima, terá início a Etapa de Lances de acordo com o seguinte regramento:

6.13.1 O Diretor da Sessão poderá fixar um tempo máximo entre os lances;

6.13.2 Cada lance ofertado deverá apresentar um valor de Tarifa de Remuneração que seja inferior a:

- i o lance inicialmente ofertado pela própria Licitante; e
- ii os lances ofertados pelas outras Licitantes habilitadas, devendo ser respeitado o intervalo mínimo determinado pelo Diretor da Sessão.

6.13.3 O Diretor da Sessão declarará o encerramento da Etapa de Lances quando, terminado o prazo dado para oferta de novos lances, nenhuma Licitante se manifestar com novo lance, declarando-se, ato subsequente, o resultado final da etapa de lances e a determinação da ordem de classificação das Licitantes quanto ao valor ofertado para a Tarifa de Remuneração.

6.13.4 Imediatamente após o término da etapa de lances, as Licitantes que ofertarem lances na referida disputa deverão ratificar seus lances finais mediante a assinatura de termo de ratificação emitido pela Comissão de Licitação, conforme modelo constante do Anexo  (Modelo de Ratificação de Proposta Econômica Final), mediante aposição de assinatura pelos respectivos Representantes Credenciados.

6.14 Havendo empate quanto ao lance ofertado, o desempate será realizado nos termos do artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.15 Subsistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, a:

6.15.1 Licitantes estabelecidas no território da Região Metropolitana de Recife, no Estado de Pernambuco;

6.15.2 Licitantes brasileiras;

6.15.3 Licitantes que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

6.15.4 Licitantes que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.16 Todos os atos praticados na Sessão Pública da Concorrência serão lavrados em ata assinada pela Comissão de Licitação.

6.16.1 A Ata da Sessão Pública da Concorrência será publicada no Sítio Eletrônico no prazo previsto no Cronograma.

6.17 A prática de atos pelas Licitantes em cada etapa da Concorrência está sujeita à preclusão, sendo vedado o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da Concorrência, salvo nas hipóteses admitidas no Edital.

Seção II – Análise dos Documentos de Habilitação

6.18 Em ato contínuo à Sessão Pública, será aberto o Envelope 3 (Documentos de Habilitação) da Licitante cuja Proposta Econômica apresentou menor valor ofertado para a Tarifa de Remuneração.

6.19 Caso ocorra a inabilitação da Licitante referida no Item 6.18, será aberto o Envelope 3 (Documentos de Habilitação) da Licitante cuja Proposta Econômica tenha sido classificada em segundo lugar, e, em caso de não atendimento, este procedimento será sucessivamente repetido para as demais Licitantes, respeitada a ordem de classificação das Propostas Econômicas.

6.20 Será declarada Licitante Vencedora a Licitante que atender a todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

6.21 Caso a inabilitação da Licitante decorra de fraude, será fixada multa equivalente ao valor da Garantia de Proposta e a haverá sua respectiva execução.

6.22 A desclassificação ou inabilitação de todas as Licitantes torna fracassada a Concorrência.

6.23 Declarada a Licitante Vencedora pela Comissão de Licitação, depois de cumpridos os requisitos deste Edital, o resultado será divulgado mediante publicação da Ata de Julgamento da Concorrência.

6.24 As Licitantes terão direito de vista, de maneira digital, da documentação encartada em todos os Envelopes da Licitante classificada em primeiro lugar a partir do Evento 12 do Cronograma, inclusive em caso da observância dos procedimentos dispostos nos Itens 6.13 e 6.14.

Seção III – Recursos Administrativos

6.25 As Licitantes poderão recorrer, em fase recursal única, do julgamento da Garantia da Proposta e dos Documentos de Representação, da classificação da Proposta Econômica e do julgamento dos Documentos de Habilitação, desde que manifestada a intenção de recorrer de forma imediata, até o primeiro dia útil subsequente ao da publicação da Ata de Julgamento, nos termos do artigo 165, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.26 O recurso deverá ser interposto em petição fundamentada, dirigida à autoridade que tiver proferido a decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de publicação da ata de julgamento da Concorrência, após declarada a Licitante Vencedora, observando-se o rito e demais disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e o regramento deste Edital.

6.26.1 A Comissão de Licitação dará ciência dos eventuais recursos às demais Licitantes, as quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo concedido nos termos do Item 6.26 acima, devendo fazê-lo na mesma forma prevista no Item 6.27 abaixo.

6.26.2 A autoridade competente poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis contados do fim do prazo indicado no item 6.26.1 acima, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior do BNDES, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.27 Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(is), Representante(s) Credenciados(s), ou procurador com poderes específicos ou, ainda, pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração dos poderes, devendo ser encaminhados ao endereço eletrônico [e-mail], com o assunto “Recurso Administrativo relativo ao Edital da Concorrência nº 00[]/202[]”, até as [] horas e [] minutos da data final do prazo estabelecido.

6.28 Não será admitida, em sede de recurso, a apresentação de documentos ou informações que já deveriam constar dos Envelopes, de Garantia da Proposta e dos Documentos de Representação, de Proposta Econômica e de Documentos de Habilitação, observado o disposto pelo Item 4.26 deste Edital.

6.29 Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.30 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.31 Concluído o julgamento dos eventuais recursos, a decisão da Comissão de Licitação será divulgada no DOE e no Sítio Eletrônico.

Seção IV – Adjudicação, Homologação e Assinatura do Contrato

6.32 Publicado o resultado da Concorrência, a Comissão de Licitação submeterá o processo licitatório à autoridade competente do BNDES para adjudicação do objeto à Licitante Vencedora e homologação da Concorrência.



6.33 Os atos de adjudicação do objeto da Concorrência, de homologação e de convocação da Adjudicatária para cumprimento das exigências antecedentes à assinatura do Contrato serão publicados no DOE e no Sítio Eletrônico.

6.34 Em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato de homologação da Concorrência, como condição para a assinatura do Contrato, a Adjudicatária deverá apresentar ao Poder Concedente:

- i Garantia de Execução, nos termos do Contrato;
- ii prova de constituição da SPE, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou, na hipótese de Licitante individual, prova de constituição de subsidiária integral, em qualquer caso na forma de sociedade por ações;
- iii cópia do estatuto social da SPE, devidamente registrado perante a Junta Comercial, que não deverá conter disposições que sejam contrárias a este Edital e Anexos, ao Contrato e aos Anexos ao Contrato;
- iv comprovação de subscrição e integralização do capital social da SPE, no valor de R\$ 180.840.000,00 (cento e oitenta milhões e oitocentos e quarenta mil reais) na Data-Base, corrigido anualmente pela variação do IPCA apurada entre a Data-Base e dois meses antes do mês do efetivo dispêndio, se esse intervalo for superior a 1 (um) ano;

- v comprovação de recolhimento, pela Adjudicatária, da remuneração devida à B3, correspondente a R\$ [] ([]), atualizado anualmente pela variação positiva do IPCA, divulgado pelo IBGE, após o decurso de 1 (um) ano a partir da data-base de [] de 202[], a ser realizado mediante pagamento de boleto bancário expedido pela B3 a partir da data de adjudicação do objeto licitado, com vencimento de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua emissão, incidindo-se multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata tempore, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação, no caso de atraso, sem prejuízo da execução da Garantia da Proposta, nos termos do Anexo [] (Manual de Procedimentos da B3);
- vi comprovação de recolhimento pela Adjudicatária dos valores devidos ao BNDES, nos termos do Item 6.49 abaixo e seguintes;
- vii descrição da estrutura acionária e de gestão considerada para a SPE, observado o modelo do Anexo [] (Modelo de Apresentação da Estrutura Acionária e de Gestão da SPE), contendo:
 - a. descrição dos tipos de ações;
 - b. identificação dos Acionistas e suas respectivas participações por tipo de ação;
 - c. indicação da composição societária da Concessionária, conforme aplicável, e de suas Controladoras, conforme definido no Contrato, até o nível de seus beneficiários finais, conforme definidos no artigo 53 e seguintes da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022;
 - d. cópia dos acordos de Acionistas da SPE, quando aplicável;
 - e. identificação dos principais administradores da Concessionária, incluindo seus respectivos currículos;
 - f. compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da SPE e adoção de contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei Federal nº 6.404/1976, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conforme regulamentação específica;
 - g. identificação das Partes Relacionadas, conforme definido no Contrato, exceto para os fundos de investimentos;
- viii declaração de que a Adjudicatária não está proibida de licitar ou contratar com a Administração por estar inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- ix apresentação de atestado de experiência específica como entidade tecnicamente responsável pela operação de sistema de transporte público de

passageiros urbano ou metropolitano, com tecnologia de metrô leve (monotrilho, VLT), de metrô ou trem, por, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos, com média de entradas de pelo menos 90.000 (noventa mil) passageiros por dia útil, observado que:

- a. o atestado poderá ter sido emitido em nome da Adjudicatária, de qualquer outra pessoa jurídica mencionada no Item 5.47 deste Edital ou ainda por meio de Operador Subcontratado, aplicando-se a esse atestado os termos e condições previstos nos Itens 5.51 e 5.53 a 5.61 deste Edital;
 - b. caso a comprovação seja feita por Operador Subcontratado, deverão ser observadas as condições previstas na minuta do Contrato para sua contratação, e a Adjudicatária deverá apresentar ao Poder Concedente, no prazo indicado no Item 6.34 deste Edital: (i) a via original ou cópia autenticada do contrato celebrado entre a Concessionária e o Operador Subcontratado, observadas as condições exigidas pelo Contrato relativamente ao instrumento que vincular a Concessionária e o Operador Subcontratado; ou (ii) compromisso firme, assinado pelo Operador Subcontratado, de que o contrato referido no item anterior será firmado em até 30 (trinta) dias contados da Data de Início, observadas as condições exigidas no Contrato; e
 - c. admite-se, em qualquer hipótese, a soma de atestados para a comprovação do quantitativo de entrada de passageiros exigido, desde que pelo menos um dos atestados apresente 50% (cinquenta por cento) do quantitativo exigido, e que todos observem o período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos de experiência;
- x comprovação de que a Concessionária firmou o Termo de Adesão ao Convênio de Transferência e Regularização de Bens, na forma do Anexo  do Contrato; e
 - xi comprovação de que a Concessionária firmou o Termo de Adesão ao Contrato de Administração dos Recursos de Aporte, na forma do Anexo  do Contrato.

6.35 Cumpridas as exigências constantes do Item 6.34 acima, a SPE será convocada pelo Poder Concedente para assinatura do Contrato.

6.36 O prazo previsto no Item 6.34 acima e o prazo para assinatura do Contrato poderão ser prorrogados pelo BNDES, por igual período, podendo a prorrogação ser solicitada pela Adjudicatária, e desde que decorra de motivo justificado e aceito pelo Poder Concedente.

6.36.1 Se a SPE ou qualquer de seus Acionistas, regularmente convocados a assinar o Contrato, dentro do prazo de validade de sua Proposta Econômica, recusarem-se a fazê-lo, o BNDES, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, aplicará multa correspondente ao valor integral da Garantia da Proposta, e executará, imediatamente, o total correspondente, não ficando, todavia, a SPE ou qualquer de seus

Acionistas isentos da obrigação de pagamento de outras multas e indenização das perdas e danos sofridos pela Administração Pública Estadual, caso a Garantia da Proposta seja inferior aos valores devidos.

6.36.1.1 A mesma multa será aplicável caso as exigências prévias à assinatura do Contrato não sejam cumpridas.

6.36.2 Além do disposto no Item 6.36 acima, a recusa em assinar o Contrato sem justificativa aceita pelo BNDES, dentro do prazo estabelecido, acarretará à Adjudicatária individual, ou, no caso de Consórcio, a todos os consorciados, o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, além da aplicação da penalidade de multa no valor de 1% (um por cento) do valor do Contrato, podendo ser executada a Garantia de Proposta para esta finalidade.

6.36.2.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual a que se refere o Item 6.36.2 acima poderá ser substituída pela sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, na forma do artigo 156, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.37 Havendo recusa em assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, recusa em constituir a Garantia de Execução, ocorrendo o não cumprimento de qualquer das exigências antecedentes à sua assinatura ou das condições prévias para emissão da Ordem de Início nos termos do Contrato, é facultado ao Poder Concedente convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato nas condições que foram apresentadas pela Licitante Vencedora, considerada, se for o caso, a etapa de lances, seguindo o disposto nos Subitens 6.13 e 6.14, ou revogar a Concorrência, sem prejuízo das sanções administrativas e civis cabíveis.

6.38 Sem prejuízo do disposto no Item 6.37 acima, a presente Concorrência somente poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado que seja pertinente e suficiente para justificar tal revogação.

6.38.1 Na hipótese do Item 6.38, será garantido o direito de prévia manifestação dos interessados.

6.39 O BNDES, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a presente Concorrência se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.

6.39.1 Caso configurada a situação acima, todos os depósitos efetuados pela Adjudicatária serão devolvidos.

6.39.2 Na hipótese do Item 6.39 acima, será garantido o direito de prévia manifestação dos interessados.

6.40 Constatada irregularidade no procedimento licitatório, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato ou da Concorrência somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos previstos no artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.41 A nulidade da Concorrência implica a nulidade do Contrato, não gerando obrigação de indenizar por parte do Poder Concedente.

6.42 A Licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a Concorrência ou prestar declaração falsa durante a Concorrência ou a execução do Contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Concorrência; ou praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, estará sujeita à aplicação da sanção prevista no artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, com respaldo no § 5º do citado artigo, garantido o direito prévio ao contraditório e ampla defesa nos termos regulamentares.

6.42.1 Se a prática de ato ilícito por parte da Licitante resultar na anulação da Concorrência, o Poder Concedente ficará isento da obrigação de indenizar, mesmo se declarada a nulidade após a emissão da Ordem de Início pelo Poder Concedente.

6.43 O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas da Concorrência, nos termos da legislação aplicável, sem que caiba às Licitantes direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

6.44 Na hipótese de o BNDES vir a tomar conhecimento de que qualquer Documento de Habilitação apresentado por uma Licitante era falso ou inválido à época da apresentação dos Documentos de Habilitação, poderá desclassificá-la ou inabilitá-la, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesas a qualquer título, sem prejuízo de indenização ao Poder Concedente e da aplicação das penalidades cabíveis.

6.45 A Licitante obriga-se a comunicar ao BNDES, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditiva das condições de participação e/ou habilitação, imediatamente após sua ocorrência.

6.46 Sem nenhum tipo de comunicação adicional, serão inutilizados todos os Envelopes que não forem retirados pelas Licitante não vencedoras no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato.

6.47 A Concessionária estará sempre vinculada ao disposto no Contrato, no Edital e na documentação por ela apresentada, bem como aos respectivos documentos contratuais e à legislação e regulamentação brasileiras, em tudo relacionado à Concessão.

6.48 A divulgação no PNCP, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, é condição indispensável para a eficácia do Contrato, Anexos ao Contrato e aditamentos, e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data da respectiva assinatura.

Seção V – Pagamento dos Valores Devidos ao BNDES

6.49 Em conformidade com boleto de cobrança a ser emitido pelo BNDES, com vencimento no prazo indicado no item 6.34 acima, a Adjudicatária deverá realizar, em favor do BNDES, como condição para assinatura do Contrato, os pagamentos especificados nesta Seção relativos aos serviços técnicos prestados pelo BNDES no âmbito da desestatização, conforme previsto no Item 6.34vi, acima, e detalhado nas Cláusulas seguintes.

6.49.1 Os valores devidos ao BNDES, referidos no item 6.34 acima deverão ser: (i) considerados pelas Licitantes na formulação de suas Propostas Econômicas; e (ii)

pagos pela Adjudicatária diretamente ao BNDES, nos termos deste Edital e do Anexo [] (Manual de Procedimentos da B3).

6.49.2 A Adjudicatária deverá: (i) pagar ao BNDES o valor de remuneração devida pelos seus serviços técnicos prestados; (ii) ressarcir ao BNDES todos os gastos incorridos com a contratação de serviços consultivos prestados por terceiros para estruturação da Concessão; e (iii) ressarcir ao BNDES os valores referentes aos gastos incorridos com a contratação dos serviços da B3.

6.50 Os pagamentos referidos no item 6.49.2 acima serão operacionalizados por meio de boletos de cobranças, a serem emitidos pelo BNDES e disponibilizados à(s) Adjudicatária(s).

6.50.1 Os valores indicados no item 6.49.2 (i) acima serão calculados de acordo com a fórmula abaixo apresentada:

$$\text{RemBNDES} = 0,2\% * (\text{TRR}-\text{TRO})/\text{TRR} * \text{VEC}$$

Onde:

RemBNDES = Remuneração do BNDES

TRR = Tarifa de Remuneração de Referência

TRO = Tarifa de Remuneração Ofertada pela Licitante Vencedora

VEC = Valor Estimado do Contrato equivalente a R\$ 9.140.030.000,00 (nove bilhões, cento e quarenta milhões e trinta mil reais), correspondente ao montante das receitas totais projetadas para a Concessão, calculado considerando a Tarifa de Remuneração de Referência

6.50.2 O ressarcimento indicado no item 6.49.2 (ii) acima deverá ser realizado da seguinte forma: (i) como condição para assinatura do Contrato, a Adjudicatária deverá ressarcir todas as despesas desembolsadas pelo BNDES até a data de emissão do boleto referente a essa cobrança, corrigidas, pro rata die, a partir da data de cada desembolso realizado pelo BNDES, pelo IPCA, até a data do último IPCA disponível na ocasião da emissão da cobrança; e (ii) após a assinatura do Contrato, a Adjudicatária deverá, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura, ressarcir as despesas residuais desembolsadas pelo BNDES após a emissão da cobrança indicada no item (i), corrigidas, pro rata die, a partir da data de cada desembolso realizado pelo BNDES, pelo IPCA, até a data do último IPCA disponível na ocasião da emissão da cobrança.

6.50.3 Para fins de estimativa do valor total a ser pago pela Adjudicatária a título de ressarcimento, conforme indicado no item 6.49.2 (ii), acima, deve ser considerado o montante estimado de R\$ [] ([]), referenciado na data-base [], que contempla todas as despesas estimadas que deverão ser pagas pelo BNDES para fins da estruturação da Concessão.

6.50.4 O valor estimado indicado no item 6.50.3 acima não contempla os valores de atualização monetária a serem calculados a partir da data de cada desembolso, até o último IPCA disponível na ocasião da emissão da cobrança, nos termos do item 6.50.2 acima.

6.50.5 Para fins de estimativa do valor total a ser pago a título de ressarcimento dos gastos do BNDES com a B3, conforme indicado no item 6.49.2 (iii), deverá ser considerado o montante estimado de R\$ [] ([]), na data base [], atualizados, anualmente, pela variação positiva do IPCA, divulgado pelo IBGE.

6.51 Em caso de atraso nos pagamentos de que trata o item 6.49.2 incidirão sobre o valor devido pela Adjudicatária juros moratórios à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.52 Sem prejuízo do disposto no subitem 6.51, o não pagamento dos valores cobrados poderá ensejar restrições cadastrais junto às empresas do Sistema BNDES, nos órgãos e/ou entidades de proteção ao crédito, ou órgãos e/ou entidades para os quais o BNDES venha a dar conhecimento por dever de ofício.

Seção VI - Foro

Fica desde já eleito o Foro do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Edital.